

ARQUIVO **S**

O Senado na História do Brasil

Volume 5



SENADO FEDERAL



HISTÓRIA E JORNALISMO

Para que serve conhecer a história do Brasil? Não podemos encarar o conhecimento histórico apenas como um museu que visitamos para contemplar passagens curiosas do passado. Muito mais do que isso, devemos utilizar a história a nosso favor, como instrumento que nos mostre como surgiram os problemas do presente e nos ajude a encontrar as maneiras mais adequadas para resolvê-los.

É com essa ideia sempre em mente que a seção Arquivo S, do Portal Senado Notícias, explora a riqueza dos documentos antigos que estão sob a guarda do Arquivo do Senado, em Brasília. Todo mês, numa mistura de jornalismo e história, um episódio importante do passado do Brasil é narrado a partir dos projetos de lei e dos pronunciamentos dos senadores da época em questão. As reportagens do Arquivo S apresentam a nossa história por um prisma inédito e mostram que os grandes temas nacionais, de uma forma ou de outra, sempre passaram pelo Senado.

Textos novos são publicados no Portal Senado Notícias na primeira sexta-feira do mês. A cada ano, o material mais recente é compilado em um livro da coleção *Arquivo S – O Senado na História do Brasil*. Também existe uma versão em podcast, disponível nos principais aplicativos de streaming de áudio. O Arquivo S é resultado de uma parceria entre a Agência Senado e o Arquivo do Senado.



AGÊNCIA SENADO

Quem produz as reportagens do Arquivo S é a equipe de jornalistas da Agência Senado. Eles também noticiam os trabalhos diários dos senadores, com textos e fotos disponibilizados no Portal Senado Notícias minutos depois dos acontecimentos – dos pronunciamentos às CPIs, das audiências públicas à votação dos projetos de lei. Ao lado da Agência Senado na missão de dar transparência às atividades legislativas, estão a TV Senado e a Rádio Senado, que transmitem ao vivo e sem cortes as sessões do Plenário e as reuniões das comissões. As notícias também podem ser acompanhadas pelas postagens do Senado nas redes sociais.

ARQUIVO DO SENADO

O Arquivo do Senado é a fonte das reportagens do Arquivo S. Desde a criação da Casa, em 1826, os documentos produzidos na ação parlamentar são tratados e preservados pelo Arquivo. As salas do acervo têm controle de temperatura e umidade, para garantir a preservação do material. Os documentos, que crescem a cada dia, retratam toda a trajetória do Poder Legislativo, e parte deles está no portal do Senado na internet. O Arquivo é uma valiosa fonte de informação para pesquisadores e, principalmente, um instrumento de aproximação do cidadão com o Senado e os senadores.

Imagem da capa:

Barão do Rio Branco

Livro *Le Brésil Contemporain*,

de Pietro Rovelly

ARQUIVO **S**

O Senado na História do Brasil

Volume 5



SENADO FEDERAL

Mesa

Biênio 2021–2022

Senador Rodrigo Pacheco

PRESIDENTE

Senador Veneziano Vital do Rêgo

PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE

Senador Romário

SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE

Senador Irajá

PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Senador Elmano Férrer

SEGUNDO-SECRETÁRIO

Senador Rogério Carvalho

TERCEIRO-SECRETÁRIO

Senador Weverton

QUARTO-SECRETÁRIO

Senador Jorginho Mello

Senador Luiz do Carmo

Senadora Eliziane Gama

Senador Zequinha Marinho

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

Ilana Trombka

DIRETORA-GERAL

Gustavo A. Sabóia Vieira

SECRETÁRIO-GERAL DA MESA

ARQUIVO **S**

O Senado na História do Brasil

Volume 5



Textos

Ricardo Westin

Ilustrações

Bruno Bazílio

Pesquisa histórica

Arquivo do Senado



Expediente

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin

Coordenadora-geral: Luciana Rodrigues

Diretor de Jornalismo: Mikhail Lopes

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretora: Paola Lima

Coordenador-geral: Silvio Burle

ARQUIVO S — O SENADO NA HISTÓRIA DO BRASIL — VOL. 5

Reportagem e edição: Ricardo Westin

Ilustrações: Bruno Bazílio

Revisão: Flávio Faria

Diagramação: Bruno Bazílio e Ronaldo Alves

Pesquisa de fotos: Ana Volpe, Braz Félix e Pillar

Pedreira

Arte: Aguinaldo Abreu, Bernardo Ururahy, Bruno

Bazílio, Cássio Costa, Claudio Portella e Diego

Jimenez

Capa:

COORDENAÇÃO DE PUBLICIDADE

E MARKETING

Coordenador: Fábio Duarte

Serviço de Publicidade e Propaganda:

Isabela Macedo

Direção de arte: Beatriz Bitencurt

Atendimento publicitário: Andréia Andriele

Texto: Gustavo Brixius

SECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

Diretora: Daliane Aparecida Silvério de Sousa

Coordenação de Arquivo:

Samanta Nascimento da Silva Santos

Serviço de Arquivo Histórico:

Rosa Maria Gonçalves Vasconcelos

Pesquisa: Armando Moraes da Silva, Carlos Roberto

Moreira Júnior, Fernanda de Oliveira Coelho, Hanna

Braga Franco, Izabela Alencar Ximenes Ferraz, Joyce

Damasceno Botelho, Kaique Bruno Santana de Jesus,

Luany Maira Passos Fernandes Coelho, Lucas de Costa

Farage Fonseca, Rosa Maria Gonçalves Vasconcelos,

Samantha Morais Melo e Victor Yankovich Castro

Impressão:

SECRETARIA DE EDITORAÇÃO

E PUBLICAÇÕES

Diretor: Fabrício Ferrão Araújo

Colaboração: Biblioteca do Senado e Serviço de

Publicações Técnico-Legislativas

Os textos deste livro foram publicados originalmente pelo Jornal do Senado e pelo Portal Senado Notícias entre fevereiro e dezembro de 2019.

Westin, Ricardo.

Arquivo S / textos Ricardo Westin ; ilustrações Bruno Bazílio ; pesquisa histórica Arquivo do Senado. -- Brasília : Senado Federal, 2021.

124 p. : il. – (O Senado na história do Brasil ; v. 5)

Reportagens publicadas pelo “Jornal do Senado” com base no acervo do Arquivo do Senado Federal.

ISBN: 978-65-5676-083-4

1. Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal, história. 2. Poder legislativo, história, Brasil. I. Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal. Arquivo. II. Título. III. Série

CDD 328.8109

Sumário

	Página
Império	
Fake news sabotaram vacinação na época do Império	6
Império	
Escravos negros quase deram lugar a “semiescravos” chineses no Brasil	18
República	
Congresso recebe Mensagem Presidencial desde 1890	29
Primeira República	
Ruy Barbosa usou tribuna para mostrar ao país a importância da democracia	36
Primeira República	
Morte do Barão do Rio Branco fez Brasil ter dois Carnavais em 1912	46
Primeira República	
Em 1919, Epitácio Pessoa foi eleito presidente sem estar no Brasil	54
Primeira República	
1ª Previdência permitia aposentadoria aos 50 anos	64
República de 1946	
Militares fizeram 1º sequestro de avião do país e tentaram derrubar JK	73
Ditadura Militar	
Em 1968, governo passou a priorizar faculdades privadas	84
Ditadura Militar	
Primeira senadora tomou posse em 1979 e foi recebida com flor e poesia	95
Ditadura Militar	
Lei da Anistia preparou caminho para o fim da ditadura militar	106

Como a vacina contra a varíola originalmente continha pus de vacas, pessoas temiam adquirir características bovinas e fugiam dos vacinadores



**Fake news
sabotaram
vacinação na
época do Império**



Um dos problemas de saúde pública no Brasil do século 21 são os pais que se recusam a dar aos filhos as vacinas obrigatórias. São famílias que caem em *fake news* que acusam os imunizantes de serem perigosos para a saúde dos bebês e das crianças. Por causa disso, o Brasil voltou no fim da década de 2010 a ter casos de sarampo, inclusive mortes, e perdeu o certificado de território livre da doença. Antes desse ressurgimento, o país havia passado quase duas décadas registrando alguns poucos casos importados da doença.

O medo das vacinas não é novo no Brasil. É até mais antigo do que a célebre Revolta da Vacina, de 1904. O país viveu um drama sanitário do mesmo tipo no decorrer do século 19. A doença em questão era a varíola — hoje erradicada do mundo. Apesar de os governos de D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II terem oferecido a vacina gratuitamente aos súditos, muitos fugiam dos vacinadores, o que contribuía para que as epidemias de varíola fossem recorrentes e devastadoras.

Documentos históricos guardados no Arquivo do Senado, em Brasília, mostram que a baixa adesão às campanhas de vacinação foi um problema que atormentou os senadores do início ao fim do Império.

— Em Santa Catarina, têm morrido para cima de 2 mil pessoas — discursou em 1826 o senador João Rodrigues de Carvalho (CE), citando



Pintura retrata o médico inglês Edward Jenner aplicando a sua grande invenção: a vacina contra a varíola



Ilustração do século 19 mostra as marcas da varíola

a província da qual fora presidente (governador). — Eu estabeleci ali a vacina, deixando-a encarregada a um cirurgião hábil, mas quase ninguém compareceu. Os povos estão no erro de que a vacina não faz efeito. Quando o interesse público não se identifica com o interesse particular, nada se consegue.

Por causa das bolhas cheias de pus que se espalhavam pelo corpo do infectado, a doença era popularmente

chamada de bexiga (ou bexigas). Mesmo nos casos em que a varíola acabava não sendo letal, os bexiguentos sobreviventes pouco comemoravam. Depois de secar e cair, as bolhas costumavam deixar cicatrizes profundas que deformavam o rosto para sempre.

— As bexigas são um dos maiores flagelos que devastam a humanidade — afirmou, também em 1826, o senador Antônio Gonçalves Gomide (MG). — Na minha província, foram tantas as mortes, que o arraial da Passagem ficou reduzido à metade. Isso não pode ser senão por desleixo, ao menos depois de haver um específico [medicamento] tão seguro.

Os senadores Carvalho e Gomide trataram da varíola durante as discussões, no Plenário do Senado, de um projeto de lei que autorizaria o governo a remanejar verbas do Orçamento público para a vacinação, de modo a “vulgarizar a prática em todo o Império”. Mais especificamente, o dinheiro custearia as gratificações dos médicos vacinadores. Os senadores e deputados, entendendo que o problema era mesmo grave, aprovaram a liberação das verbas.

A vacina era uma grande novidade. Em 1796, na Inglaterra, o médico Edward Jenner observou que os camponeses que ordenhavam vacas infectadas e contraíam a varíola bovina (uma variação inofensiva da doença) por alguma razão passavam a sair ilesos dos surtos de varíola humana.

Para verificar se não se tratava de mera coincidência, ele decidiu retirar o pus das bolhas localizadas nas mamas das vacas doentes e inoculá-lo em cobaias humanas. O experimento teve o resultado imaginado. Jenner, assim, comprovou o poder protetor do pus infectado com a varíola animal.

O médico inglês batizou o pus terapêutico de vacina, uma derivação da palavra latina *vacca*. Na época, bastava dizer “vacina”, sem especificar a doença. Por muito tempo, a varíola foi a única enfermidade contra a qual existiu imunizante.

No entanto, parte da população brasileira, sem entender como a vacina funcionava, tinha pânico dessa novidade médica. Um dos medos era que o imunizante, em vez de evitar, desencadeasse a varíola e levasse à morte. Reforçava esse temor o fato de o vacinado desenvolver uma bolha, ainda que superficial e inofensiva, no local da inoculação. Outro medo era que o pus de origem animal transmitisse doenças bovinas para as pessoas.

Há relatos de mães que escondiam os filhos debaixo da cama ao ouvir o vacinador bater na porta e até de famílias inteiras que fugiam do povoado quando a campanha de vacinação chegava. Inclusive entre os senadores se encontrava desinformação.

— Eu não sei se a medicina já decidiu esta importante questão: se a vacina prejudica a saúde futura dos meninos — disse o senador Visconde de Jequitinhonha (BA) num discurso em 1862.

— É uma questão decidida há muitos anos — respondeu, indignado, o senador Cruz Jobim (ES), que era médico e defensor ardoroso da vacina.

— Decidida em que sentido? — devolveu o Visconde de Jequitinhonha. — Li ainda outro dia dúvidas acerca disso.

Foi a deixa para que Cruz Jobim iniciasse uma palestra:

— Na opinião dos inimigos da vacina, ela dá ocasião ao desenvolvimento de muitas outras moléstias que aumentam a mortalidade dos povos. Semelhante opinião é gratuita e infundada. Nenhuma dúvida há de que o preservativo é de grande vantagem. Há 20 anos, tendo aparecido a bexiga em uma horda de selvagens no Canadá, mais de 20 mil morreram. Também tendo aparecido a bexiga em selvagens de algumas ilhas do Pacífico, quase todos vieram a sucumbir. Estamos muito longe de observar essas horrosas cenas nos países onde a vacina está em prática atualmente.

O senador médico continuou:

— Para que caluniar a vacina com suposições falsas? Para que atri-



Charge inglesa antivacina do século 19 mostra pessoas desenvolvendo características de vaca após imunização

buir-lhe males que ela não produz? Pôr em dúvida a eficácia da descoberta de Jenner é destruir a confiança de tão útil preservativo e expor a vida de milhares de pessoas a um dos maiores flagelos, talvez o mais mortífero, de quantos têm aparecido no mundo.

Não se pode dizer que o medo da população era de todo absurdo. Na época, a ciência era incapaz de explicar como a vacina protegia as pessoas. Desconheciam-se os vírus e o sistema imunológico. Não se sabia que, ao introduzir-se um vírus enfraquecido no organismo, a própria pessoa passava a produzir anticorpos contra a doença.

Edward Jenner fez sua descoberta a partir de meras observações empíricas. Na falta de uma explicação científica plausível, muitos médicos condenavam a vacinação. Entre eles, estava o português Heliodoro Carneiro, que em 1808 publicou um livro repleto de ataques à vacina. A obra, lançada em Lisboa, ajudou a disseminar o medo no Brasil.

Além disso, espalhavam-se mentiras deliberadamente. Na vila de Paracatu (MG), em 1832, o anúncio de uma campanha de vacinação fez a população apedrejar a casa do presidente da Câmara Municipal (cargo hoje equivalente ao de prefeito) e quase linchá-lo. Essa pequena revolta da vacina estourou depois que bilhetes e folhetos anônimos começaram a circular

na vila avisando que a verdadeira intenção do político era infectar e matar todo mundo. Mais tarde, descobriu-se que as notícias falsas haviam partido do juiz de Paracatu, que era inimigo declarado do presidente da Câmara Municipal.

Antes de se mudar para o Brasil, o príncipe D. João (futuro D. João VI) fez seus filhos serem vacinados em público, justamente para dissipar o temor dos súditos portugueses e convencê-los de que era infundada a história de que a vacina provocava as bexigas. O príncipe regente se engajou porque conhecia bem a devastação da varíola. Ele havia perdido dois irmãos, um genro e um filho para a doença. Sua

mulher, D. Carlota Joaquina, era uma sobrevivente e carregava as cicatrizes indeléveis no rosto — o que ajudava a explicar a fama de feia.

Por essa razão, em 1811, apenas três anos depois de transferir a sede do Império português para o Brasil, D. João VI criou a Junta de Instituição Vacínica da Corte, destinada a executar a imunização em massa no Rio de Janeiro e enviar a vacina para as províncias. A nova repartição pública também importava de Londres o pus animal. O material não podia ser extraído das vacas brasileiras porque elas, ao contrário das inglesas, não sofriam da varíola bovina.

A historiadora e professora da Casa de Oswaldo Cruz (instituição ligada à Fundação Oswaldo Cruz) Maria Rachel Fróes da Fonseca explica que foi então que surgiu a primeira política pública de saúde destinada a

REFLEXOENS, E OBSERVAÇOENS,

SOBRE

A PRÁTICA DA INOCULAÇÃO

DA

VACCINA,

E AS SUAS FUNESTAS CONSEQUENCIAS :

FEITAS EM

INGLATERRA,

PELO

Dr. HELEODORO JACINTO DE ARAUJO CARNEIRO,

ENCARREGADO

PELO

PRINCIPE REGENTE DE PORTUGAL,

DE

CONSULTAR, E OBSERVAR OS HOSPITAES, E ESCOLAS
MAIS CELLEBRES DE MEDICINA DA EUROPA.

Pauvres humains, combien tout est dégénééré !

Lettres à Sophie, par Fabre d'Olivet.

LONDRES :

Na Impresao de Mr. COX, FILHO, e BAYLIS, aonde se Imprime o *Courier de Londres*, No. 75, Great Queen Street, Lincoln's Inn Fields.

1808.

Livro português sobre as "funestas consequências" da vacina

proteger toda a população do Brasil:

— Às vésperas da Independência e durante o Império, enquanto os serviços de saúde e higiene pública ainda se encontravam muito precários, a vacinação antivariólica era um dos poucos recursos que apresentavam alguma eficiência.

Edward Jenner foi ainda mais longe nas suas descobertas. Ele percebeu que a bolha benigna que se formava no braço da pessoa após a vacinação também continha o pus protetor contra a varíola. Assim, cada indivíduo vacinado naturalmente se tornava produtor da vacina. Oito dias depois da imunização, a pessoa tinha que se apresentar novamente ao vacinador, para que ele estourasse a bolha e inoculasse esse pus em outras pessoas. O processo se chamava vacinação braço a braço.

Foi braço a braço que a vacina contra a varíola chegou ao Brasil pela primeira vez. Em 1804, o Marquês de Barbacena (que mais tarde se tornaria senador) mandou para Lisboa sete escravos meninos acompanhados de um médico, que aprenderia na capital portuguesa a técnica da vacinação. Apenas uma das crianças foi vacinada em Lisboa. Durante a longa viagem de volta, em navio, o médico passou o pus vacínico de um escravo para outro a cada oito dias. Assim que o navio aportou em Salvador, o Marquês de Barbacena foi a primeira pessoa a ser imunizada no território brasileiro.

O historiador Fillipe dos Santos Portugal, autor de um estudo sobre a introdução da vacina em Portugal e no Brasil, diz que, ao contrário do Marquês de Barbacena, a elite do Império resistia a receber o pus dos escravos:

— Quando publicavam anúncios convocando para a vacinação, as autoridades pediam que os senhores dessem banho nos escravos antes de levá-los ao vacinador. Mesmo assim, os brancos, quando tinham que se vacinar, evitavam o serviço público e recorriam a médicos particulares.

O instrumental de vacinação era diferente do que é hoje. A seringa com agulha só seria inventada por volta de 1850. O que se usava era a lanceta, uma espécie de estilete. O médico vacinador embebia de pus a ponta da lanceta e depois fazia cortes pequenos e superficiais no braço da pessoa, para que a vacina entrasse em contato com o sangue.

A reapresentação oito dias depois era importante não só para obter mais pus vacínico, mas também para verificar se a pessoa havia mesmo sido imunizada. A ausência de bolha no braço era sinal de que o vírus não fora inoculado adequadamente e o indivíduo não estava protegido, o que

exigia uma nova aplicação da vacina.

O problema é que muita gente simplesmente não voltava ao vacinador, fosse pelos mitos em torno da vacina, fosse pelo incômodo da aplicação, fosse por pura negligência. Os escravos eram os que menos retornavam. Muitos senhores ignoravam a exigência para evitar que eles perdessem o dia de trabalho.

Como consequência do não retorno no oitavo dia, pessoas que acreditavam estar imunizadas acabavam mais tarde sendo pegas pela varíola. Esses contágios inesperados reforçavam a perigosa e equivocada crença popular de que a vacina não servia para nada ou provocava a própria enfermidade.

Em todo o Império, as epidemias se sucediam. Apenas no Rio de Janeiro, que era a cidade onde a vacina estava mais disponível, as bexigas mataram 7 mil pessoas em toda a década de 1870 — 2,5% da população. Nos anúncios de jornal do tipo “procura-se escravo fugido”, era comum que os senhores apontassem entre as características do fugitivo a presença de cicatrizes de bexigas.

A varíola aparecia com frequência nas Falas do Trono, os pronunciamentos que o imperador proferia no Senado no início e no fim de cada ano, nos quais analisava os grandes problemas nacionais. Na Fala do Trono inaugural de 1868, por exemplo, D. Pedro II disse que a doença estava dificultando o avanço de tropas brasileiras na Guerra do Paraguai:

*II. List of suitable Vaccinating Instruments.**

1. THE NARROW BLADED LANCET,	- - - - -	Price \$0 75
2. THE SYRINGE VACCINATOR,	- - - - -	Price \$0 88
3. THE SYRINGE SELF VACCINATOR,	- - - - -	Price \$2 25
4. THE TRIDENT LANCET.	- - - - -	Price \$1 00
5. THE VACCINATING SCARIFICATOR,	- - - - -	Price \$3 50

Instrumentos de vacinação utilizados em fins do século 19

— Sinto profundamente dizer-vos que a varíola causou à coluna expedicionária da capital da província de Mato Grosso perdas tão consideráveis que a fizeram retroceder, tendo, demais, ceifado naquela cidade e seus arredores grande número de vidas.

Em resposta à resistência da população, D. Pedro II assinou em 1846 um decreto tornando a vacinação obrigatória para todos os súditos. A norma também estabelecia que só poderia ser matriculado nos colégios e admitido no serviço público quem estivesse com a vacinação em dia. Como não eram tantos assim os adolescentes e as crianças que estudavam e os adultos que trabalhavam para o governo, o decreto foi solenemente ignorado pela maioria da população.

Por isso, em 1871, o senador Cruz Jobim apresentou um projeto de lei que previa uma multa de 200 mil-réis para o chefe de família que deixasse de vacinar seus filhos e escravos. Toda pessoa que morresse de varíola teria o corpo examinado, para verificar se havia a marca da vacina. O Rio de Janeiro já tinha uma lei local parecida, que tampouco era executada.

O projeto de lei agradou ao senador Franco de Sá (MA):

— Medida semelhante tem sido ultimamente adotada por governos de nações adiantadas. Além disso, demasiadas nunca serão as cautelas tendentes a conter a propagação do tremendo flagelo da varíola.

Chamado ao Senado para tratar da questão, o primeiro-ministro

Vacinação no Rio em 1828

Oito dias após ser imunizada, a pessoa precisava voltar para que o vacinador verificasse se o vírus havia sido inoculado corretamente



	vacinados	não retornaram no 8º dia	
Crianças brancas	808	609	75%
Crianças pardas	415	293	71%
Crianças pretas	809	611	76%
Adultos brancos	217	113	52%
Adultos pardos	132	75	57%
Adultos pretos	3.957	3.635	92%
Total de pessoas	6.338	5.336	84%

Fonte: Junta da Instituição Vacínica da Corte



Charge sobre as doenças mais letais do Brasil na virada do século 19 para o 20: varíola, peste bubônica e febre amarela

Marquês de Olinda jogou um balde de água fria no projeto de Cruz Jobim e afirmou aos senadores que seria impossível fechar o cerco e multar aqueles que fugiam da vacinação obrigatória:

— Na Inglaterra, na França e na Alemanha, pode executar-se o rigor, em razão da aproximação da população à roda das autoridades. Assim mesmo, escapam muitos. Mas nós sabemos bem que não é possível executar isso nas nossas capitais e muito menos no interior.

O projeto de 1871 não foi aprovado. A varíola continuaria matando brasileiros por mais um século. Na década de 1960, a Organização Mundial da Saúde (OMS) iniciou uma campanha internacional de erradicação por meio da vacinação em massa. No Brasil, o último caso foi registrado em 1971. Em 1980, a OMS declarou que o mundo estava finalmente livre da doença, e a vacina deixou de ser aplicada. Entre 1900 e 1979, a varíola matou 300 milhões de pessoas em todo o planeta.

O historiador Fillipe dos Santos Portugal faz uma comparação entre as epidemias de varíola no Império e o ressurgimento do sarampo com força total no século 21:

— Os dois casos mostram que a negligência do brasileiro em relação às vacinas é histórica. No entanto, na minha avaliação, a situação recente é mais preocupante. No passado, os baixos índices de vacinação eram até compreensíveis, pois de fato faltava conhecimento científico. Hoje, quando a ciência dá explicações bastante convincentes, a negligência se tornou indesculpável.



**Escravos negros
quase deram lugar
a “semiescravos”
chineses no Brasil**



Em 1881, às vésperas da Lei Áurea, o Império brasileiro assinou tratado com o país asiático com o objetivo de garantir a transição da escravidão para o trabalho livre



Por volta de 1880, já há claros sinais de que a escravidão no Brasil está com os dias contados. Desde 1850, a Lei Eusébio de Queirós proíbe o tráfico negreiro, impedindo a entrada de novos africanos no país. Desde 1871, a Lei do Ventre Livre garante a liberdade aos bebês nascidos de escravas. Essas duas leis já são suficientes para que, em algum momento no futuro, a escravidão desapareça. Nesse momento de mudança, os fazendeiros do Império, temendo que o encolhimento da mão de obra leve a lavoura de café ao colapso, pensam numa alternativa inusitada. Eles decidem que vão substituir os escravos de origem africana por “semiescravos” chineses — ou chins, como se diz na época.

— O trabalhador chim, além de ter força muscular, é sóbrio, laborioso, paciente, cuidadoso e inteligente mesmo — argumenta no Senado, em 1879, o primeiro-ministro Cansanção de Sinimbu. — Por sua frugalidade e hábitos de poupança, é o trabalhador que pode exigir menor salário. Assim, deixa maior soma de lucros àquele que o tem a seu serviço. É essa precisamente uma das razões por que devemos desejá-lo para o nosso país.

O primeiro-ministro tenta convencer os senadores a aprovar a liberação das verbas necessárias para o envio de uma missão diplomática à China para negociar um tratado que permita a importação de mão de obra chinesa. A escassez de braços na lavoura preocupa o governo porque o café



LIBRARY OF CONGRESS

Homens e garotos chineses na cidade de Tientsin no fim do século 19

para a exportação é a maior fonte de renda do Brasil.

A viagem que os diplomatas teriam que fazer seria longa, a bordo de um navio de guerra da Marinha, o que demandaria dos cofres imperiais 120 contos de réis. Não é pouco dinheiro. O valor é igual aos orçamentos somados da Biblioteca Pública, do Observatório Astronômico, do Liceu de Artes e Ofícios, da Imperial Academia de Medicina e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para todo o ano de 1879.

Os chineses, como avisa Sinimbu, seriam assalariados. Na prática, contudo, o que os fazendeiros brasileiros desejam é reproduzir a experiência de países como Estados Unidos, Cuba e Peru, que vêm explorando os chineses de uma forma tal — com pagamentos irrisórios, jornadas extenuantes, ambientes insalubres e até castigos físicos — que os trabalhadores ficam na tênue fronteira entre a liberdade e a escravidão.

Levas de trabalhadores abandonam o império chinês, entre outras razões, por causa da superpopulação (370 milhões de habitantes, contra 10 milhões no Brasil), da escassez de alimentos e da crise decorrente da derrota nas Guerras do Ópio.

No Brasil, nem todos recebem bem a ideia da imigração chinesa. Parte da sociedade sente temor e repulsa diante da possibilidade de encontrar homens de olhos puxados, cabelos trançados a partir da nuca e roupas exóticas transitando pelas fazendas e cidades do Império.

Reverberando o pensamento desse grupo, há senadores e deputados que se manifestam contra a celebração do tratado com a China. O Arquivo do Senado preserva os discursos proferidos a esse respeito no Parlamento. Muitos deles são abertamente racistas e xenófobos.

— Senhores, não sei que fatalidade persegue este Império, digno de melhor sorte: ou há ter africanos, ou há de ter chins? — critica o senador Dantas (AL). — Li uma memória acerca da colonização chim que diz ser essa uma raça porca que muda de roupa só duas vezes ao ano. Pois, quando as nossas leis estabelecem prêmios àqueles que trouxerem para o Império boas raças de animais, tratam de mandar buscar rabichos e caricaturas de humanidade?

— Depois de tantos anos de independência e de estarmos mais ilustrados a respeito da marcha dos negócios do mundo, havemos agora de voltar atrás e introduzir nova raça, cheia de vícios, de físico amesquinhado, de moral abatido, que não tem nada de comum aqui e não tem em vista



Escravos negros em terreiro de café de fazenda no Vale do Paraíba

formar uma pátria e um futuro? Havemos de introduzir semelhante raça somente para termos daqui a alguns anos um pouco mais de café? — questiona o senador Junqueira (BA).

— Venham muitos chins, para morrerem aos centos, aos milhares — ironiza o senador Escragnolle Taunay (SC). — Deles, ficará apenas o trabalho explorado pelos espertalhões. É um trabalho que se funda na miséria de quem o pratica e no abuso de quem o desfruta. Que erro colossal! Que cegueira!

Para Taunay, é difícil que os fazendeiros consigam se adaptar aos asiáticos:

— Acostumado à convivência branda e amistosa dos antigos escravos brasileiros, fazendeiro nenhum será capaz de suportar o contato dos chins. Seus vícios se exacerbam com o uso detestável e enervante do ópio. Só o cheiro que os chins exalam bastará para afugentar o fazendeiro mais recalcitrante.

Nessa época, estão em voga no mundo ideias racistas disfarçadas de teorias científicas. Segundo o racismo pseudocientífico, os brancos formam a raça superior e os negros, a raça inferior. No meio deles, como raça intermediária, surgem os amarelos ou orientais. Entre os teóricos da hierarquização das raças, estão Arthur de Gobineau, Ernest Renan e Gus-

tave Le Bon. Gobineau, diplomata francês que serviu no Rio de Janeiro, concluiu que o Brasil era um país atrasado por causa da miscigenação entre brancos e negros.

— A ciência da biologia ensina que, nesses cruzamentos de raças tão diferentes, o elemento inferior vicia e faz degenerar o superior — diz o senador Visconde do Rio Branco (MT), alertando os colegas para o “perigo amarelo”.

De acordo com o historiador Rogério Dezem, professor do Departamento de História e Cultura Brasileira da Universidade de Osaka, no Japão, o preconceito dos brasileiros teve origem nos Estados Unidos, onde os trabalhadores chineses haviam chegado décadas antes e eram detestados — mas não por questões de raça, e sim de mercado de trabalho:

— Na construção de ferrovias nos Estados Unidos, por exemplo, sempre que os imigrantes europeus faziam greve, os patrões recorriam aos chineses, que aceitavam pagamentos mais baixos para dar continuidade ao serviço interrompido. Era uma espécie de concorrência desleal. Os chineses, então, começaram a ser odiados, e surgiu a história de que eram sub-raça, degenerados, perigosos. O governo americano, diante das pressões, chegou a proibir a entrada de novas levas de imigrantes chineses. Esse mesmo ódio acabou chegando ao Brasil, principalmente por meio da imprensa, e aqui eles logo passaram a ser vistos como sujos, ladrões de galinha, viciados em ópio. Foi uma visão deturpada que se instalou no inconsciente coletivo dos brasileiros.

Em 1878, o governo brasileiro organiza o Congresso Agrícola, no Rio de Janeiro, para discutir os rumos da cafeicultura diante do iminente fim da escravidão. O sonho dos fazendeiros é substituir os escravos negros por trabalhadores originários da Europa. As equivocadas teorias racistas levam à crença de que, para o bem do país, é necessário embranquecer a população brasileira.

— Formar uma raça que seja varonil e tenha grande desenvolvimento e expansão é hoje uma questão que está ocupando os estadistas em toda parte do mundo. Devemos, pois, garantir o futuro do país por meio do trabalho de raças inteligentes, robustas e cristãs — afirma, no Senado, o senador Junqueira.

Até mesmo o deputado Joaquim Nabuco (PE), expoente da luta pela abolição da escravidão negra, usa a tribuna da Câmara para apontar os



Camponês do norte da China: país em crise no fim do século 19

inúmeros “defeitos” que fazem dos chineses uma raça inconveniente para o Brasil. Nabuco diz temer a “mongolização” do país e uma “segunda edição da escravatura, pior que a primeira”.

A lavoura não poderia passar a ser cultivada por camponeses brasileiros, em vez de se recorrer a imigrantes europeus ou chineses? Segundo Kamila Czepula, historiadora e professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), os cafeicultores descartaram a mão de obra nacional logo de cara:

— A respeito dos brasileiros brancos, corria a ideia de que eram preguiçosos, pouco propensos ao trabalho. Também se dizia que cobriam valores altos demais para o trabalho na lavoura. Os negros livres, os mestiços e os índios também estavam fora de cogitação porque eram sinônimo de atraso e inferioridade racial. Os imigrantes europeus eram tidos como os tipos ideais. Além de serem brancos e católicos, considerava-se que eles já estavam preparados para o trabalho assalariado.

Italianos, espanhóis e portugueses, contudo, não se animam a vir para o Brasil. Eles temem o calor sufocante dos trópicos e o chicote dos feitores das fazendas. Além disso, desejam possuir terra própria, o que a estrutura fundiária do Império não permite. Assim, preferem migrar para os Estados Unidos e a Argentina.

Diante da dificuldade de trazer braços da Europa, o Congresso Agrícola traça um plano B: espalhar “semiescravos” chineses pelas plantações de café. A ideia é que sejam utilizados provisoriamente, até os europeus

mudarem de ideia e comecem a migrar para o Brasil.

Um dos primeiros parlamentares a defender a contratação dos chineses para substituir os escravos de origem africana, ainda na década de 1850, é o senador Visconde de Albuquerque (PE). Ele discursa:

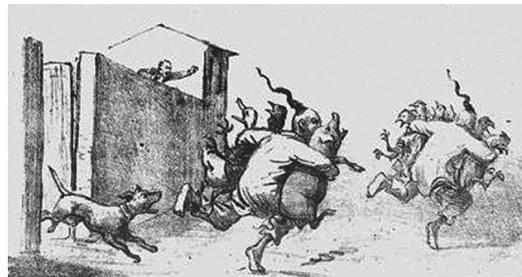
— Se queremos nos desembaraçar dos escravos, por que havemos de rejeitar homens industriosos que não têm o orgulho europeu, que podem facilitar esse salto entre a escravidão e a liberdade? Senhores, já estive na China e conheço bem os chins. Dizem que são porcos, e eu não conheço povo mais asseado. Eles poderão estar com as suas vestes sujas, mas o seu corpo é lavado e esfregado todos os dias.

Até mesmo os defensores da imigração asiática acabam recorrendo a argumentos pouco lisonjeiros para os chineses. O senador Visconde de Albuquerque prossegue:

— Dizem que os chins vêm amesquinhar a nossa raça, mas não estão aí os nossos índios? Qual de nós não gosta muito de ter um desses índios para o seu serviço? E isso piora a nossa raça? Vejam que tememos a raça chim e não tememos a raça preta! Os chins não nos vêm perturbar a ordem doméstica. Pelo contrário, são



BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL



Charges da *Revista Ilustrada* retratam chineses como perigosos, depravados e ladrões



AMON CARTER MUSEUM OF AMERICAN ART

Chineses que participaram da construção da Ferrovia Transcontinental, nos Estados Unidos

muito humildes, servem muito, trabalham. São até excelentes cozinheiros. Não são revolucionários, não têm pretensões. Acho que são uma boa importação.

O senador Cândido Mendes de Almeida (MA) acrescenta:

— São sóbrios, infatigáveis e econômicos. Sendo materialistas, só visam o lucro. Além de materialistas, são educados sob o regime autoritário o mais severo, que lhes impõem desde o nascer. É com esse espírito de ordem que trabalham.

Em discurso no Senado, o primeiro-ministro Cansação de Sinimbu procura tranquilizar o Império garantindo que não há o risco de “abastardamento das raças” do Brasil porque os chineses não ficarão para sempre aqui:

— Ainda que venha grande número de trabalhadores asiáticos, é manifesto que eles nutrem sempre a intenção de voltar para o seu país. Eles levam tão longe o amor ao solo da pátria, que nos contratos que costumam celebrar até estipulam que os seus cadáveres serão remetidos para a terra natal. Isso prova que não é de prever que queiram fixar-se definitivamente entre nós.

Após muitas discussões, o Senado e a Câmara aprovam em 1879 a liberação dos 120 contos de réis para que a missão diplomática vá à China. Em 1880, pela primeira vez, um navio brasileiro chega ao outro lado do mundo e, meses depois, em 1881, retorna ao Rio de Janeiro, completando a volta no planeta.

Na cidade de Tientsin (hoje Tianjin), nos arredores de Pequim, os diplomatas brasileiros negociam com o vice-rei Li Hung Chang. Quando ouve que o Brasil tem apenas 58 anos como nação independente, ele demonstra assombro e conta que seu império existe há 4 mil anos.

O grande empecilho para a migração de chineses para o Brasil é uma lei local que os proíbe de deixar o seu país sem o consentimento do imperador. Como quem não quer nada, os diplomatas brasileiros incluem na minuta de tratado um genérico artigo que dá aos chins o direito de viajar livremente para o Brasil. Durante as negociações, os enviados de D. Pedro II nunca revelam suas verdadeiras intenções. Eles juram que buscam apenas a amizade do império asiático.

Traumatizado pelo histórico de violências sofridas pelos súditos chineses nas Américas, o vice-rei reluta em assinar o acordo com o Brasil, mas acaba cedendo. Após vários meses de negociação, a versão final do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação é finalmente assinada em 1881, garantindo o livre trânsito de cidadãos entre os dois impérios. É uma vitória da diplomacia brasileira. Um consulado se instala em Xangai.

No início de 1882, contudo, D. Pedro II profere a Fala do Trono (discurso que todo ano abre e fecha os trabalhos do Senado e da Câmara) sem fazer nenhuma menção ao tratado com a China. Os fazendeiros entendem a mensagem: o governo não gastará mais nenhum centavo; se os latifundiários quiserem os chins, que os busquem com seu próprio dinheiro.

Um comerciante chinês chega a desembarcar no Rio de Janeiro para



tratar do transporte dos trabalhadores, mas vai embora sem fechar nenhum negócio. A maledicência contra os orientais acabou deixando muitos fazendeiros com um pé atrás. Além disso, a própria China não tem interesse em mandar gente para o Brasil. Logo em seguida, começa a imigração italiana. A solução chinesa é, assim, abandonada sem que os trabalhadores de fato venham para o Brasil.

Em 1884, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Soares Brandão, vai ao Senado para informar a quan-

tas anda a execução do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação assinado três anos antes. Não há muito a dizer. Constrangido, ele afirma:

— Pela primeira vez, um navio de guerra brasileiro penetrou nos mares da China e do Japão, mostrando nossa gloriosa bandeira aos governos e povos daquelas regiões.

Um senador quer saber o que tem feito o recém-nomeado cônsul em Xangai. O ministro responde:

— Mas que serviço prestar na China? Quero crer que no futuro possam existir relações que venham demonstrar que não são de todo destituídos de vantagem e conveniência os serviços de um cônsul na China.

Ele nem imagina que, mais de um século depois, a China se transformará numa potência econômica mundial, atrás apenas dos Estados Unidos, e será o maior investidor estrangeiro no Brasil.



RUSSELL & SONS

O vice-rei Li Hung Chang, que negociou tratado com o Brasil



Congresso recebe Mensagem Presidencial desde 1890

Envio do documento com as prioridades do governo para cada ano que se inicia foi inaugurado pelo primeiro presidente, Deodoro da Fonseca, e é um dos mais antigos rituais políticos da República



Um dos rituais políticos mais antigos do Brasil republicano se repete todo início de ano. É quando o presidente envia ao Congresso Nacional um documento longo e minucioso descrevendo o estado econômico, político e social do país e apresentando as políticas públicas que o governo priorizará ao longo do ano que começa. O calhamaço se chama Mensagem Presidencial.

A tradição de remeter a Mensagem Presidencial ao Congresso foi iniciada em 1890, pelo marechal Deodoro da Fonseca, o primeiro presidente.

O Arquivo do Senado, em Brasília, guarda um exemplar de todas as Mensagens Presidenciais. Juntas, elas formam um compêndio de história que abarca toda a trajetória da República — sendo cada capítulo narrado pelo presidente da época.

Juscelino Kubitschek, por exemplo, usou a Mensagem Presidencial de 1956 para não deixar dúvidas de que, para ele, a política pública mais importante era a industrialização. Ele disse aos senadores e deputados que era preciso criar incentivos fiscais para a indústria automobilística instalar-se no país e os brasileiros deixarem de depender de carros e caminhões importados. “Essa urgência se torna ainda mais premente à medida que venha a ser executado o programa de governo de ampliação da rede rodoviária nacional e melhorada sua pavimentação”, escreveu JK.

No início de 1964, o Brasil era agitado pelos planos de João Goulart



No Plenário do Senado, parlamentares ouvem a leitura da Mensagem Presidencial de 1918

de fazer mudanças estruturais no país, as reformas de base. Elas foram descritas em detalhes na Mensagem Presidencial desse ano. Num dos pontos mais decisivos do documento, Jango pediu ao Congresso poder para desapropriar terras e destiná-las à reforma agrária. Ele argumentou: “O Brasil dos nossos dias não mais admite que se prolongue o doloroso processo de espoliação que, durante mais de quatro séculos, reduziu e condenou milhões de brasileiros a condições sub-humanas de existência”.

A reação veio a galope. Em 1º de abril, duas semanas após a Mensagem Presidencial ser lida no Congresso, Jango foi derrubado por um golpe de Estado que deu início a 21 anos de ditadura militar.

Uma década mais tarde, o general Ernesto Geisel avisou que finalmente começaria a abrir o regime ditatorial. Mas sem pressa. “Envidamos sinceros esforços para o gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático, ampliando o diálogo e estimulando maior participação das elites responsáveis e do povo em geral”, escreveu Geisel em 1975.

Na Mensagem Presidencial de 1987, superado o período autoritário, José Sarney deu aos senadores e deputados as linhas gerais da Constituição que eles redigiriam à luz da democracia: “O trabalho de elaboração constitucional há de resgatar para a sociedade brasileira os valores permanentes das modernas democracias: uma ordem política estável e participativa, uma ordem social calcada nos princípios da solidariedade e uma ordem econômica mais justa e sem discriminações”.

As Mensagens Presidenciais cresceram em extensão à medida que o governo federal adquiriu novas responsabilidades e a máquina estatal ficou



Capa da 1ª Mensagem Presidencial, enviada por Deodoro em 1890 ao Congresso Constituinte



Uma das prioridades do governo de Juscelino Kubitschek foi a indústria automobilística

mais complexa. O texto inaugural de Deodoro da Fonseca teve 17 páginas. O que Michel Temer redigiu em 2018, 360 páginas.

No passado, os parlamentares se reuniam no Senado para ouvir a leitura da Mensagem Presidencial. Hoje, ela é lida na Câmara, por um deputado. O que se lê em público não é o documento todo, mas apenas a introdução.

Na Mensagem Presidencial de 1892, o marechal Floriano Peixoto mencionou uma prioridade que só se tornaria realidade sete décadas mais tarde: “Reputando de necessidade inadiável a mudança da capital da União, o governo trata de fazer seguir para o Planalto Central a comissão que deve proceder à demarcação da área e fazer sobre a zona os indispensáveis estudos”.

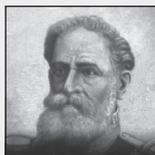
Em 1930, o presidente Washington Luís se vangloriou dos avanços da nação: “O Brasil progrediu enormemente. Desbastaram-se as suas matas, substituídas por habitadas e ricas culturas”.

Ele pediu a ampliação do tempo de governo. Para o presidente, quatro anos não davam para nada: “O cortejo da campanha presidencial começou em 1928 e se refletiu sobre a tranquilidade do país. Quase dois anos da minha administração ficaram virtualmente suprimidos. O período presidencial, por isso, não deveria ser menor do que seis anos”. Washington Luís não podia imaginar que, poucos meses mais tarde, seria deposto por um golpe e que o seu sucessor, Getúlio Vargas, ocuparia o Palácio do Catete por nada menos do que 15 anos.

A cerimônia de entrega e leitura pública da Mensagem Presidencial

A palavra do presidente

Alguns dos termos que os chefes do Executivo mais usaram nas Mensagens Presidenciais ao Legislativo



1890
Deodoro
da Fonseca

liberdade
revolução
República
Império
soldado
Exército
Armada
(Marinha)

Governo Provisório
comércio
reforma
serviços
trabalho
poder
ensino



1933
Getúlio
Vargas



1965
Castello
Branco

ordem
investimentos
preços
crédito
economia
deficit
desenvolvimento

trabalho
Ministério Público
social
saúde
direitos
investimentos
desenvolvimento



2017
Michel
Temer

ocorre em fevereiro e marca a abertura do ano legislativo, isto é, a retomada dos trabalhos dos senadores e deputados após o recesso do fim de ano.

Esse momento não foi escolhido ao acaso. A ideia é que os parlamentares se concentrem desde o início do ano nos projetos de lei ligados à agenda do governo.

Nem todas as prioridades presidenciais, contudo, entram nos livros de história. Na abertura do ano legislativo de 1925, o presidente Arthur Bernardes defendeu o banimento das armas de fogo do país: “Multiplicam-se por toda parte os atentados contra as pessoas. O porte de armas já é proibido pela lei penal, mas nada lhes veda a importação, o fabrico e a venda. Peço-vos a votação de uma lei que seja a interdição pura e simples desses instrumentos de homicídio”.

A praxe é que o portador da Mensagem Presidencial seja o ministro da Casa Civil, e não o próprio presidente. Houve exceções. Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, e Dilma Rousseff, em 2011 e 2015, atravessaram a Praça dos Três Poderes para entregar pessoalmente os papéis ao Congresso.

O Senado e a Câmara hoje estudam propostas que obrigariam o chefe de Estado a sempre compare-



Charge de 1925 ilustra ritual de entrega da Mensagem Presidencial ao Congresso

cer ao Poder Legislativo para ler as Mensagens Presidenciais. Nos Estados Unidos, esse é o costume. O presidente americano profere no Capitólio, no início do ano, o discurso conhecido como Estado da União.

Já foi assim no Brasil. As Mensagens Presidenciais são, na realidade, a adaptação republicana de um rito oriundo do Império, as Falas do Trono. Em cerimônias concorridas, D. Pedro I e D. Pedro II iam ao Parlamento e liam diante dos senadores e deputados o discurso sobre o estado e as prioridades do país.

A Mensagem Presidencial também teve a missão de apresentar a versão oficial dos golpes de Estado. Foi o que Deodoro fez em 1890, chamando a Proclamação da República de “revolução heroica e patriótica” e carregando nas tintas contra D. Pedro II: “Como força impulsora de toda a máquina política do Brasil, havia a vontade irresponsável do ex-imperador, que, tendo diante de si anulados todos os órgãos de governo consagrados pela Constituição, devia sentir muitas vezes o tédio que a onipotência sem contrastes acarreta. A autoridade fazia rumo para o absolutismo e a tirania”.

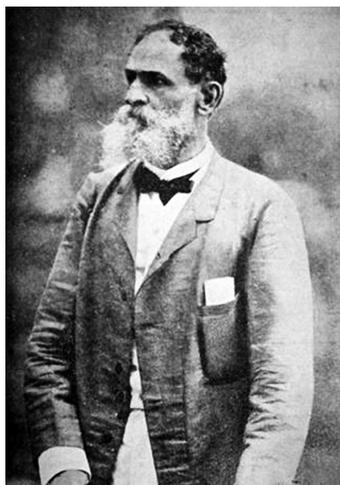
Na Mensagem Presidencial de 1933, Getúlio Vargas atacou a Primeira República (também chamada de República Velha), derrubada pela Revolução de 1930. Na Primei-



Em referência às dificuldades do país, charge de 1916 mostra Wenceslau Braz usando tinta preta na Mensagem Presidencial



No Império, D. Pedro II proferia as Falas do Trono no Senado; ritual foi adaptado à República por Deodoro da Fonseca



ra República, apesar de haver voto popular, quem realmente escolhia os presidentes eram os chefes políticos dos estados mais fortes. “Fechado num círculo de interesses restritos que se confundiam com os da pequena minoria instalada nas posições governamentais, o poder público tornou-se aos poucos alheio e impermeável às exigências sociais e econômicas da nação”, escreveu Vargas.

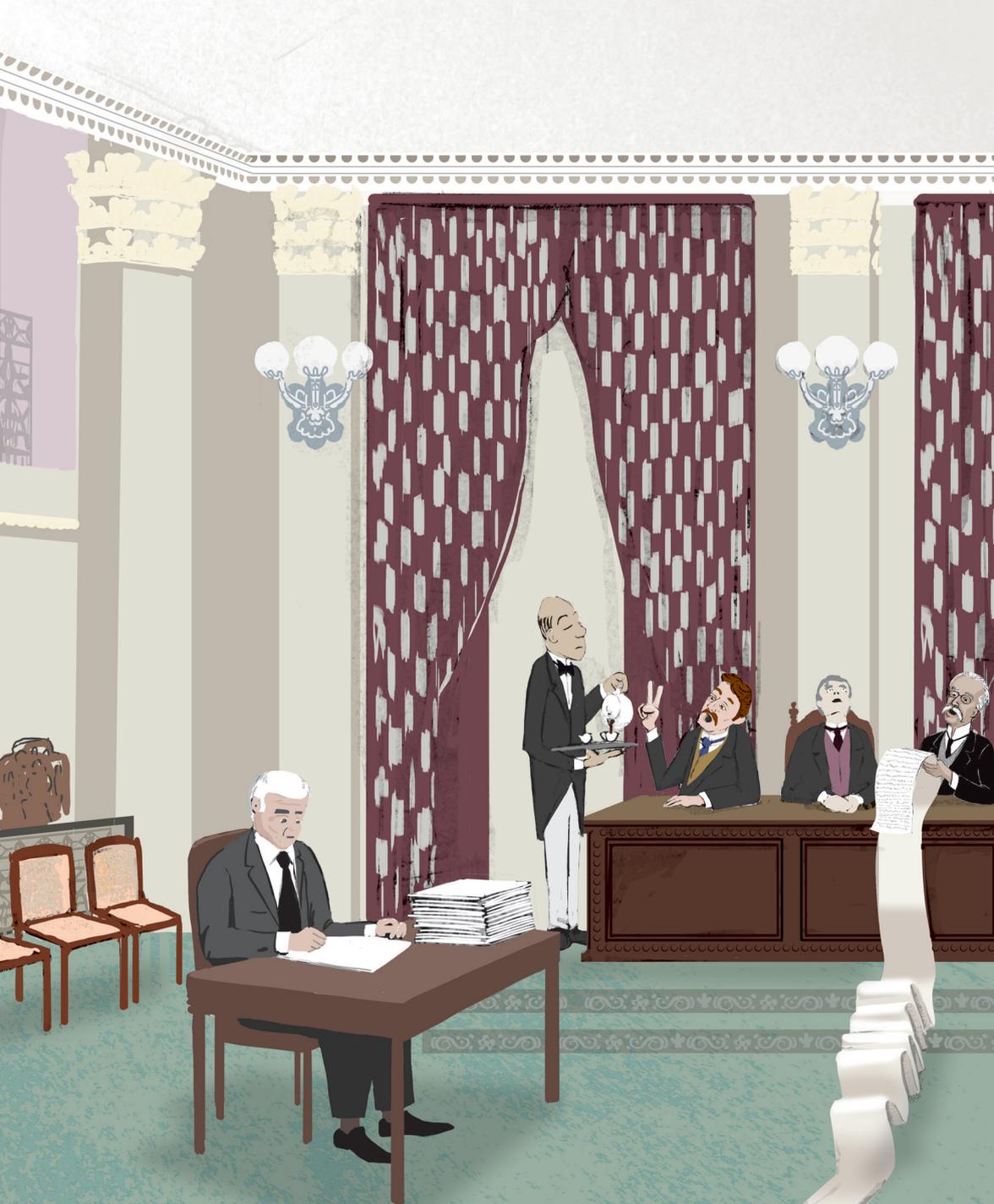
Em 1965, o marechal Castello Branco afirmou que a “revolução democrática de 31 de março” (consumada em 1º de abril) destituiu Jango para colocar o Brasil de novo nos trilhos: “Um dos primaciais objetivos da revolução foi repor o país na sua normalidade constitucional e legal. Normalidade da qual o governo anterior, movido por ideias ou ambições subversivas, se afastara perigosamente, implantando no Brasil o ambiente da agitação e da desorganização administrativa e política que influiu decisivamente para o repúdio nacional que o cercou nos seus dias finais”.

Desde 1890, a tradição da Mensagem Presidencial só falhou em 11 anos, nas décadas de 1930 e 1940, nos períodos em que Vargas governou sem permitir o funcionamento do Congresso Nacional.



Ruy Barbosa usou tribuna para mostrar ao país a importância da democracia





Discursos longos, inflamados e arrebatadores do senador foram ignorados pelos adversários, mas abriram os olhos da população para a necessidade da participação política

Sempre que Ruy Barbosa pedia a palavra, os senadores já esperavam uma fala longa e inflamada. Foi exatamente assim o discurso numa sessão em 1911. Antes de iniciar, enquanto ainda se ajeitava à tribuna, o senador da Bahia deve ter ouvido algum adversário suspirando de tédio em alto volume só para provocá-lo. Ruy não deixou barato.

— Senhores, estamos em uma época em que passa como irritante o fiel cumprimento dos mais sagrados e imperiosos deveres da honra política pelos representantes do povo — reagiu ele, abrindo um furioso discurso, que se estenderia por quatro horas, contra os desmandos do presidente Hermes da Fonseca.



ARQUIVO NACIONAL/FUNDO CORREIO DA MANHÃ

O senador Ruy Barbosa na biblioteca de sua casa, no Rio de Janeiro

Foi Ruy Barbosa, com sua oratória arrebatedora, quem pela primeira vez mostrou de forma didática aos brasileiros que é preciso exigir democracia e moralidade na política.

Ruy foi senador nas primeiras décadas da República. Nessa época, os rumos do Brasil eram ditados pelos caciques políticos conforme seus interesses particulares. Embora o voto existisse, o povo não apitava nada e achava isso normal. Da tribuna do Palácio Conde dos Arcos, a primeira sede do Senado, no Rio de Janeiro, Ruy tentou convencer a sociedade de que essa democracia de fachada era inaceitável.

O Arquivo do Senado, em Brasília, guarda todos os discursos que Ruy pronunciou como senador da República, incluindo suas “aulas” de política. Até então, nenhum parlamentar havia tido a ousadia de botar o dedo na cara dos poderosos do país com tanta veemência.

Em 1893, ele explicou que o governo, ainda que respaldado pela maioria, jamais teria o direito de esmagar a minoria. Era a época em que o marechal Floriano Peixoto, numa espécie de ditadura militar, perseguia de forma implacável seus adversários.

— Aprecio devidamente o valor das maiorias neste sistema de governo. Conheço-lhes a significação nas democracias modernas. Curvo-me à sua autoridade constitucional. As maiorias são a força. As maio-



Jornal publica biografia de Ruy em 1913: reconhecido em vida

rias são a autoridade. As maiorias são a lei. Mas, em assunto político, as maiorias não são, muitas vezes, mais do que a paixão e a injustiça. Não se confere a nenhum sistema de governo o direito despótico e absoluto das maiorias. Ele é, muitas vezes, ocasional e precário. Reduzida a uma minoria, reduzida mesmo a uma unidade, uma opinião pode valer mais do que os decretos ditatoriais das maiorias.

Para Ruy Barbosa, o Supremo Tribunal Federal (STF) merecia toda a proteção por ser a única instituição capaz de conter os eventuais interesses políticos do presidente da República e do Congresso Nacional. Ele, como senador constituinte em 1890 e 1891, foi decisivo para que o STF ganhasse a incumbência, válida até hoje, de atuar como guardião da Constituição.

— O Supremo Tribunal Federal é essa instituição criada sobretudo para servir de dique, de barreira e de freio às maiorias parlamentares, para conter as expansões do espírito do partido. É essa força que diz: “Até aqui, permite a Constituição que vás; daqui, não permite a Constituição que passes”. Eis para que se criou o Supremo Tribunal Federal, que não tem empregos para dar, não tem tesouros para comprar dedicações, não tem soldados para invadir estados, não tem meios de firmar a sua autoridade senão no acerto das suas sentenças — discursou em 1915.

De seus 55 anos de vida pública, Ruy Barbosa passou 32 no Senado. Foi recordista de mandatos. Inaugurou o Senado da República, em 1890, e só o deixou em 1923, quando morreu, aos 72 anos de idade. Antes, no Império, havia sido deputado provincial e deputado geral.

Ruy assumiu o papel de professor político não somente no Parlamento. Para alertar a sociedade e tentar barrar os abusos dos governantes, ele também fez uso sistemático do habeas corpus nos tribunais (como advogado) e dos artigos de opinião na imprensa (como jornalista).

O senador não admitia que militares aspirassem à Presidência da República. Em 1909, ele próprio se lançou candidato presidencial só para tentar impedir a vitória do marechal Hermes da Fonseca, o escolhido da elite política. Segundo Ruy, um militar no poder inevitavelmente levaria o país à ditadura, tal como havia feito o marechal Floriano.

— As nações, senhores, não armam os seus exércitos para serem escravizadas por eles. As nações não fazem os seus marechais para que eles venham a ser na paz os caudilhos de facções ambiciosas — afirmou.



Ruy na Campanha Civilista de 1909-1910: 1º candidato a viajar pelo país e falar diretamente com o povo

Contrapondo-se à candidatura militar, Ruy Barbosa batizou seu projeto presidencial de Campanha Civilista. Ele viajou a várias cidades para apresentar sua plataforma política em comícios e fazer corpo a corpo com eleitores. Foi a primeira vez que um candidato falou diretamente ao povo. Antes, os presidentiáveis nem saíam de casa, já que as fraudes eleitorais típicas da Primeira República asseguravam o resultado desejado pela elite.

Em 1919, ele repetiu a atrevida fórmula da Campanha Civilista. A novidade, dessa vez, foi a inclusão de direitos trabalhistas na sua plataforma de governo. Perdeu para Epitácio Pessoa, o candidato oficial, que havia passado todo o período eleitoral na França. Em 1973, o deputado Ulysses Guimarães se inspiraria em Ruy Barbosa ao lançar-se “anticandidato” à Presidência da República, desafiando a ditadura militar.

Embora tenha sido derrotado nas duas eleições presidenciais, Ruy conseguiu plantar nos brasileiros a semente de uma consciência política e eleitoral que até então não existia.

Defensor intransigente da lei, Ruy Barbosa se contrapunha à garantia dos direitos humanos apenas a uma parcela da população e também à pena de morte. Em 1911, ele denunciou no Plenário a ilegalidade do

Primeira República, permitindo que os presidentes prendessem adversários livremente e censurassem os jornais de oposição. Perseguido pelo marechal Floriano, o próprio Ruy Barbosa precisou se exilar na Argentina e na Europa e teve seu *Jornal do Brasil* proibido de circular. Ele discursou em 1914:

— A imprensa não é só uma liberdade individual. É ainda uma grande instituição da ordem política. Sem ela, expira o governo do povo pelo povo, cessa o regime republicano, desaparece a Constituição. Como do ar atmosférico dependem os pulmões, da imprensa depende todo este sistema de freios e contrapesos, de ações e reações, de poderes distribuídos, limitados e fiscalizados em que consiste a existência de uma democracia liberal. Não há publicidade onde a publicidade não é livre, da mesma forma que o ar que se confinou já não é ar, é carbono, é tóxico, é filtro

de contaminações, desnutre, envenena, mata. A imprensa tutelada, a imprensa policiada, a imprensa maculada pela censura deixou de ser imprensa, porque deixou de ser válvula da verdade. Órgão por excelência da fiscalização, transformou-se em encobridor, para ocultar do povo os atos capitais do governo.

De acordo com o cientista político Christian Lynch, da Fundação Casa de Rui Barbosa e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), outras personalidades brasileiras antes do senador baiano haviam pre-

CARETA/BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL



Atores representam Ruy Barbosa (E) e Hermes da Fonseca (D) no filme *Paz e Amor*, de 1910

gado a cultura liberal democrática, porém nenhuma delas com alcance e repercussão semelhantes.

— Ruy Barbosa se colocou como pedagogo da opinião pública, procurando ensinar ao Brasil o apreço por valores como o Estado de direito e a moralidade na política. E teve sucesso nisso. Ele conseguiu criar uma cultura que foi incorporada à sociedade e permanece viva hoje, incluindo conceitos, ações e formas de discursar e argumentar. É uma cultura política tão forte que muita gente, sem importar a posição ideológica, acaba sendo ruiana mesmo sem ter lido Ruy, de senadores e deputados a intelectuais e ministros do Supremo. Neste sentido, Ruy Barbosa está mais vivo do que nunca.

Entre 1868 e 1923, não houve episódio importante da história do Brasil que não tenha contado com a participação de Ruy Barbosa. Ele atuou com afinco no movimento abolicionista. Monarquista histórico, aderiu na última hora à conspiração golpista que em 1889 derrubou D.

Pedro II. Ministro da Fazenda no nascimento da República, queimou todos os registros públicos de escravos, para acabar com as insistentes pressões dos fazendeiros por indenização. Senador constituinte, definiu os contornos da Carta de 1891.

Ruy deu projeção mundial ao Brasil quando, na 2ª Conferência da Paz de Haia, em 1907, peitou os Estados Unidos e outras potências e defendeu que os países fracos não deveriam ocupar uma posição



Busto de Ruy Barbosa no Plenário do Senado

subalterna nos tribunais internacionais. Em 1917, seus argumentos foram decisivos para que o Brasil, após ter navios atacados pela Alemanha, saísse da neutralidade e entrasse na Primeira Guerra Mundial.

Ruy Barbosa foi um dos poucos heróis nacionais a serem reconhecidos em vida. Ele recebeu votos em todas as eleições presidenciais entre 1894 e 1922, mesmo naquelas em que não foi candidato — na Primeira República, os votantes podiam escrever qualquer nome na cédula eleitoral. Em 1918, o governo decretou feriado nacional para festejar os seus 50 anos de atividade pública.

Depois de morto, vieram mais homenagens. Ruy foi enterrado com honras de chefe de Estado. Em 1924, o palacete em que viveu, no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro, foi comprado pelo governo e, pouco depois, transformado num museu dedicado à preservação de sua produção intelectual — hoje Fundação Casa de Rui Barbosa. Praticamente todas as cidades do país têm uma rua ou praça com o nome dele. No Senado, a única estátua presente no Plenário é um busto do senador baiano.

— Peço ao Senado que não se assuste com estes papéis — discursou Ruy Barbosa em 1911, apontando para um calhamaço diante de si. — Não podia trazer a esta tribuna nem uma carabina, nem uma espada. Trago ao recinto dos legisladores apenas um volume das nossas leis. Infelizmente bem fracas nestes tempos, têm sido sempre a minha única arma.



Morte do heroico ministro das Relações Exteriores em fevereiro levou clubes a adiar bailes carnavalescos para abril. População, contudo, ignorou luto e caiu na gandaia nos dois meses



Morte do Barão do Rio Branco fez Brasil ter dois Carnavais em 1912



Os foliões nunca se esbaldaram tanto quanto em 1912. Naquele ano, o Brasil teve dois Carnavais. O primeiro foi em fevereiro, seguindo o calendário regulamentar. A festança se repetiu em abril, na Páscoa, com outros cinco dias de fantasia, confete e serpentina.

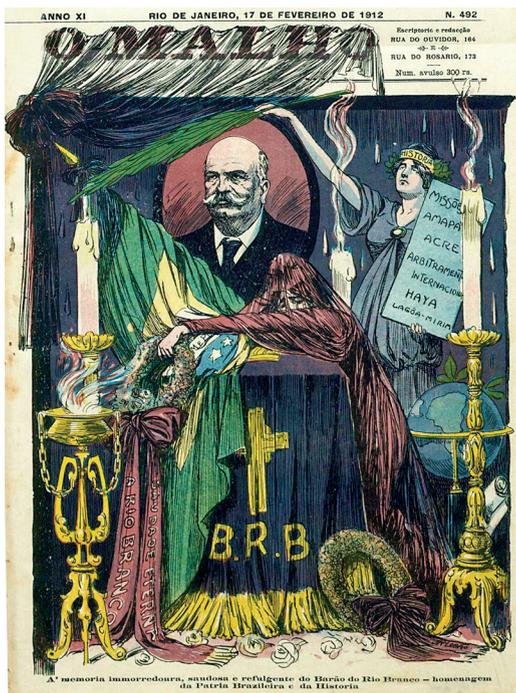
Paradoxalmente, o Carnaval em dobro teve origem na morte de um herói nacional: o Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores havia quase uma década. Vítima de insuficiência renal, ele morreu aos 66 anos em 10 de fevereiro, um sábado, quando faltava exatamente uma semana para os festejos de 1912.

O Brasil caiu em luto. No Rio de Janeiro, a capital da República, uma multidão chorosa fez fila no Palácio do Itamaraty para ver o cadáver de Rio Branco e acompanhou o caixão até o Cemitério do Caju, onde o ministro foi enterrado com honras de chefe de Estado.

Dada a comoção generalizada, os clubes do país que organizavam bailes à fantasia, em especial os do Rio, acharam que seria desrespeitoso promover a esbórnia em pleno período de luto. Por isso, em cima da hora, decidiram cancelar os bailes e remarcar-los para a semana da Páscoa.

O problema é que, para os foliões mais afoitos, um mês e meio seria uma espera longa e torturante. Quando chegou o sábado de Carnaval, eles concluíram que uma semana de luto por Rio Branco já tinha sido mais do que suficiente. Vestiram a fantasia e foram para as ruas munidos de confete, serpentina e lança-perfume (que só seria proibido em 1961, pelo presidente Jânio Quadros).

Passada a Quares-



O MALHO/BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL

Revista notícia na capa a morte de Rio Branco, em 1912

Festas.

A batalha de confetti anunciada para hoje na rua Haddock Lobo ficou transferida, em virtude do falecimento do barão do Rio Branco.

*
Em signal de pesar pelo falecimento do inolvidavel estadista barão do Rio Branco, o Club de S. Christovão suspendeu a domingueira de carnaval annunciada para hoje.

*
A reabertura do Meyer Club, que, como noticiamos, devia realizar-se hontem, foi transferida, em homenagem á memoria do notavel estadista barão do Rio Branco.

Em luto, clubes do Rio adiam bailes de Carnaval de fevereiro para abril

ma, veio a segunda rodada de festejos. No Carnaval bônus, a gandaia foi mais diversificada do que no primeiro Carnaval. Os foliões puderam se divertir tanto nas guerras de confetes nas ruas quanto nos bailes de máscaras nos clubes.

Apesar de não ter funcionado, a ideia de adiar o Carnaval por causa da morte do Barão do Rio Branco não chegava a

ser descabida. Documentos históricos guardados no Arquivo do Senado mostram que ele, de fato, tinha status de herói nacional. Em 1904, quando o Barão do Rio Branco já era ministro, os senadores e deputados aprovaram um projeto de lei que lhe concedeu uma pensão vitalícia de 2 contos de réis mensais pelo “reconhecimento aos inolvidáveis serviços prestados ao país”.

O senador Arthur de Souza Lemos (PA), num relatório de 1910 a respeito de um tratado entre o Brasil e o Uruguai negociado por Rio Branco, classificou o ministro de “legendário” e destacou o seu “tato delicadíssimo” nas negociações internacionais.



Fantasiados, cariocas aproveitam a folia extra de 1912



Charge publicada após morte de Rio Branco mostra brasileiro dividido entre o luto e a folia

O grande feito de Rio Branco foi ter concluído o traçado das fronteiras do Brasil, que na virada do século 19 para o 20 ainda tinha linhas nebulosas e pendentes. Antes de ser ministro, apenas como diplomata, ele atuara nas arbitragens internacionais que garantiram ao país o oeste de Santa Catarina (disputado com a Argentina), em 1895, e a área que compreende o Amapá, Roraima e o norte do Pará e do Amazonas (disputada com a França), em 1900.

Graças ao sucesso nas duas missões, o Barão do Rio Branco se tornou ministro das Relações Exteriores em 1902. Logo veio outro êxito. Em 1903, após intensas negociações, ele assinou com a Bolívia o Tratado de Petrópolis, que incorporou o Acre ao território nacional.

De acordo com o historiador e diplomata Luís Cláudio Villafañe G. Santos, autor da biografia *Juca Paranhos, o Barão do Rio Branco* (editora Companhia das Letras), não é exagero considerá-lo herói:

— Se nós juntarmos todas as áreas que o Barão do Rio Branco ganhou para o Brasil, teremos um território equivalente a toda a Região Sul do Brasil mais o estado de Pernambuco. Isso não é pouca coisa. E é preciso lembrar que, na disputa com os franceses, o pleito deles era chegar até o Rio Amazonas. Foi graças ao Barão do Rio Branco que isso não aconteceu.

Dado o seu prestígio, ele foi convidado pelos caciques políticos de São Paulo para concorrer à Presidência da República em 1910, mas não aceitou. Em seu lugar, entrou Ruy Barbosa, que foi derrotado pelo marechal Hermes da Fonseca.

O Barão do Rio Branco vinha de uma família influente na política do



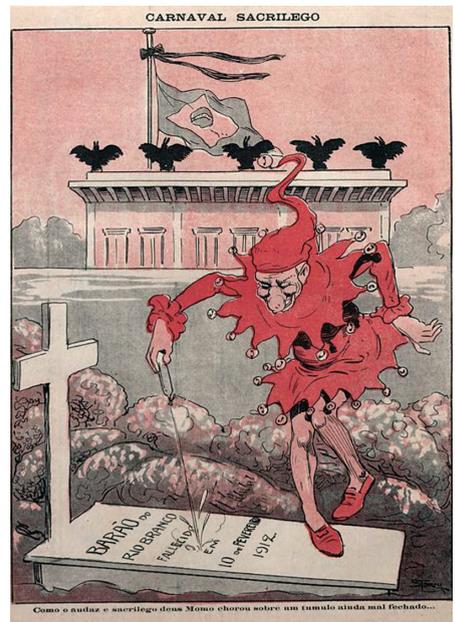
Foliãs se divertem no segundo Carnaval de 1912 num clube de Nova Friburgo (RJ)

Império. Seu pai era o Visconde do Rio Branco, o primeiro-ministro de D. Pedro II que coordenou a aprovação da Lei do Ventre Livre, de 1871.

Em maio de 1912, de acordo com documentos do Arquivo do Senado, o senador Quintino Bocayuva (RJ) fez um discurso homenageando o recém-finado ministro das Relações Exteriores:

— Rio Branco foi durante sua vida e depois de sua morte a mais alta e a mais gloriosa representação da nacionalidade brasileira e um símbolo venerado do mais puro acendrado patriotismo. Seu nome ficou indelevelmente gravado no bronze de nossa história pátria.

Na Mensagem Presidencial que enviou ao Congresso na abertura do ano legislativo de 1912, também em maio, o marechal Hermes da Fonseca lamentou a perda. “Todas as homenagens são devidas à memória do integrador do território pátrio. O meu governo a ele prestou, no momento dos seus funerais, todas as honras que podia, certo de que, por maiores que elas fossem, ainda seriam poucas em comparação aos excelsos serviços prestados ao país pelo incomparável extinto”, escreveu o presidente.



Como o aiaiz e sacrilego deus Momo chorou sobre um tumulo ainda mal fechado...

Charge critica brasileiros que ignoraram luto e pularam Carnaval

Meses depois, em dezembro, o Senado e a Câmara autorizaram o governo federal a gastar até 1,5 mil contos de réis na construção de um monumento em homenagem ao ministro.

No Rio de Janeiro, o grande ponto de concentração do primeiro Carnaval de 1912 foi a Avenida Central. No segundo Carnaval desse ano inesquecível, a multidão voltou a se reunir na mesma via, agora rebatizada pela prefeitura de Avenida Rio Branco.

Nos festejos derradeiros de 1912, um grupo de cariocas gaiatos saiu com a seguinte marchinha zombeteira: “Com a morte do barão, / tivemos dois Carnavá. / Ai, que bom, / ai, que gostoso / se morresse o marechá”. O raciocínio era bem simples: na hipótese de o presidente Hermes da Fonseca também morrer, 1912 teria três Carnavais.





Em 1919, Epitácio Pessoa foi eleito presidente sem estar no Brasil



Político estava em Paris, nos acordos de paz da Primeira Guerra. Na época, a chamada Política dos Estados garantia a vitória do candidato da situação, que nem precisava fazer campanha



Em 1919, os brasileiros votaram na eleição presidencial mais esdrúxula da sua história. Num caso sem paralelo, os eleitores que foram às urnas em abril deram vitória a um candidato que havia passado todo o período eleitoral em Paris. Foi Epi-tácio Pessoa, que não voltou ao Brasil nem sequer para fazer campanha ou votar.

Epi-tácio só chegaria ao país em julho, já presidente eleito, a bordo de um transatlântico. Ao desembarcar no porto do Rio de Janeiro, foi recebido com festa pela população. Faltava apenas uma semana para a posse.

Na chegada, os jornalistas lhe perguntaram quem faria parte da nova equipe ministerial.

— Tenho pensado muito sobre o assunto, mas ainda nada decidi — limitou-se a responder, demonstrando irritação por não ter muito a dizer sobre o futuro governo.

Epi-tácio não estava na Europa a passeio. Ele era o chefe da delegação brasileira enviada à Conferência de Paz de Paris, na qual os países vitoriosos na Primeira Guerra Mundial acertaram os termos de paz com os derrotados. O Brasil ganhou um assento no encontro por ter entrado no conflito ao lado dos aliados, ainda que apenas nos momentos finais e como um minúsculo coadjuvante.

A curiosa eleição de abril de 1919 foi fora de época. Em janeiro, o Brasil havia sido sacudido pela morte do presidente Rodrigues Alves, que não chegou a iniciar o segundo mandato. Desde novembro de 1918, quando ele deveria ter tomado posse, o Brasil vinha sendo governado interinamente pelo vice, Delfim Moreira.

Os brasileiros, então, foram chamados às urnas. Quando a inesperada sucessão foi aberta, Epi-tácio Pessoa já estava fora do Brasil. Uma carta dos caciques políticos logo chegou ao Hotel Plaza, o cinco-estrelas onde o brasileiro estava hospedado em Paris, avisando que ele se preparasse, pois seria o candidato do establishment.

“É um honra tão insigne quanto inesperada”, respondeu



Na França, *Le Journal* noticia escolha de “Monsieur” Pessoa na convenção nacional e diz que vitória eleitoral é garantida



O presidente Epitácio Pessoa no Palácio da Catete com a família e auxiliares

Epitácio num telegrama destinado ao vice-presidente do Senado, Antônio Azeredo (MT). “A espontaneidade da designação, feita em minha ausência e sem nenhuma sugestão da minha parte, me convence de que a própria República é que reclama meus serviços no posto supremo do seu governo.”

O Senado foi um ator político bastante presente nessa eleição. Primeiro, porque os dois candidatos eram senadores: Epitácio Pessoa, representante da Paraíba, e Ruy Barbosa, da Bahia. Segundo, porque a Casa foi o palco da convenção nacional que apresentou Epitácio à população como o candidato oficial da elite política. Terceiro, porque a apuração final coube ao Senado e à Câmara dos Deputados, que tinham poder para anular os votos que considerassem fraudulentos.

Hoje, em seu acervo histórico, o Arquivo do Senado guarda uma série de documentos de 1919 que ajudam a explicar como um candidato se elegeu presidente estando no outro lado do Atlântico e sem nem sequer mover uma palha. Entre esses documentos, estão discursos de parlamentares.

O senador Francisco Sá (CE), um dos poucos políticos que aderiram à candidatura opositora de Ruy Barbosa, chamou a eleição brasileira de “cena teatral”. Ele já sabia que Epitácio Pessoa ganharia sem dificuldade. Indignado, Sá discursou:

— Ruy Barbosa representa a reação contra os processos iliberais das



REPRODUÇÃO/MEMÓRIA VIVA

O Palácio Conde dos Arcos, sede do Senado, que abrigou a convenção que oficializou candidatura de Epi-tácio

escolhas feitas à revelia do povo, contra as combinações do predomínio regional e contra as ambições abrigadas no segredo dos conclaves oficiais.

Com poucas palavras, ele descreveu toda a engrenagem que movia a política da Primeira República, também chamada de República Velha.

Em boa parte do período, o grande poder não esteve nas mãos do presidente, mas nas dos chefes políticos dos estados (em especial São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul). Tinham tanta força que quem de fato escolhia os presidentes do Brasil eram eles. Os ocupantes do Palácio do Catete, em retribuição, evitavam se intrometer nos mandos e desmandos dos feudos estaduais.

O senador Soares dos Santos (RS) defendeu a candidatura de Epi-tácio Pessoa:

— O futuro presidente deve ser uma garantia para a estabilidade do regime vigente. Ninguém poderá negar o perigo que trariam as tentativas de reformas políticas na atualidade.

De forma indireta, Santos atacou a principal plataforma eleitoral de Ruy Barbosa: reformar a Constituição para fortalecer o Supremo Tribunal Federal (STF). Para que o STF pudesse crescer, os estados, o presidente e

o Congresso teriam que se enfraquecer — contrariando toda a lógica da Primeira República.

A escolha do presidente passava por três etapas. A primeira ocorria nos bastidores, onde os chefões políticos dos estados negociavam até chegar a um nome de consenso. As negociações eram tão complicadas que podiam se estender por até dois anos.

Segundo uma pesquisa da historiadora Cláudia Viscardi, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), ao menos 40 medalhões participavam dos conchavos para a escolha dos presidentes. Entre eles, estavam ex-presidentes da República, ministros, senadores, deputados, governadores, integrantes do STF, militares e até donos de jornal.

Essa era a fase decisiva. As duas seguintes eram apenas jogos de cena que buscavam dar um verniz democrático à eleição. Na segunda etapa, o candidato escolhido era levado a uma convenção nacional, na qual votavam senadores e deputados. Em fevereiro de 1919, reunidos no Senado, os convencionais aclamaram, claro, Epitácio Pessoa.

Na terceira e última etapa, os eleitores finalmente votavam. No dia da eleição, para garantir que o presidenciável do establishment sairia mesmo vitorioso nas urnas, os coronéis recorriam ao voto de cabresto e à adulteração das apurações locais.

Jornal noticia a chegada de Epitácio Pessoa ao Brasil três meses após sua vitória na eleição presidencial de 1919

SEDE SOCIAL:
RA
Avenida Rio Branco,
Nº 148, 12º e 13º

O PAIZ

ASSINATURAS
DOCE HELZEL..... 10000
FELIX HESSEL..... 10000
DR. HESSEL..... 10000
Número avulso 100 reis

ANNO XXXIV—N. 12,702

RIO DE JANEIRO, SEGUNDA-FEIRA, 21 DE JULHO DE 1919

Anual Inscriptura publica
Imprensa Nacional

A chegada do Dr. Epitacio Pessoa

Quanto ao Dr. Epitacio, até agora nada se sabe de sua vida pessoal, nem de sua carreira política. O que se sabe é que ele nasceu em 1854, em São Paulo, e que chegou ao Rio de Janeiro em 1919, para assumir a presidência da República. Ele é um homem de família, casado com a Srta. Maria, e tem dois filhos. Ele é um homem de letras, e tem publicado vários livros. Ele é um homem de negócios, e tem sido um dos principais líderes da indústria brasileira. Ele é um homem de estado, e tem sido um dos principais líderes da política brasileira. Ele é um homem de ação, e tem sido um dos principais líderes da revolução brasileira.



Dr. Epitacio Pessoa

Os seus antecedentes políticos são os seguintes: foi deputado estadual em São Paulo, deputado federal em São Paulo, deputado federal em Rio de Janeiro, senador em Rio de Janeiro, governador de Rio de Janeiro, e presidente da República. Ele é um homem de estado, e tem sido um dos principais líderes da política brasileira. Ele é um homem de ação, e tem sido um dos principais líderes da revolução brasileira.

O PAIS/BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL



Capa do jornal *O País* de 13 de abril de 1919, dia da eleição presidencial disputada por Epitácio Pessoa e Ruy Barbosa

Na época, não existia a Justiça Eleitoral. As atas contendo a apuração dos votos de todas as seções eleitorais do Brasil eram enviadas ao Congresso Nacional, que analisava os livros, julgava denúncias de irregularidades, somava os votos e proclamava o resultado final. Políticos que estavam na oposição dificilmente conseguiam vencer.

Na corrida presidencial de 1910, por exemplo, na qual foi derrotado por Hermes da Fonseca, Ruy Barbosa contestou o resultado e denunciou inúmeras ilegalidades na votação. Ruy acusou o Congresso de contabilizar votos fraudulentos dados a Hermes:

— A ilegalidade e a fraude, mas sobretudo esta, foram os criadores desta mentira colossal. Postas de lado uma e outra, apurada a eleição com a verdade, a lei e a honra, o candidato militar [Hermes] conta apenas 126.392 votos, e os do candidato civil [Ruy] sobem a 200.359. A maioria é nossa. Por ela, está eleito o candidato civil. É o que a nossa contestação prova irrefragavelmente.

Portanto, os políticos que disputavam a Presidência da República não precisavam fazer corpo a corpo com os eleitores nem discursar em comícios. A vitória viria de qualquer maneira. Foi por isso que Epitácio nem pisou no Brasil no período eleitoral.

Na convenção nacional de 1919, no Senado, o deputado Flores da Cunha (RS) tentou justificar a inexistência de campanhas eleitorais no Brasil:

— Não é no bulício das ruas nem na turbulência dos comícios que se pondera sobre assuntos de tanta relevância.

— É no palácio dos kaisers e dos czares — retrucou um parlamentar provocador que o taquígrafo do Senado não conseguiu identificar.

Epitácio Pessoa, na realidade, não era o nome preferido das oligarquias estaduais. Os paulistas desejavam que o novo presidente fosse o governador de São Paulo. Os mineiros, que fosse o governador de Minas Gerais. Um estado não queria ceder ao outro.

— É um mito a ideia de que São Paulo e Minas Gerais viviam em paz dividindo o poder na Primeira República. Ao contrário, era uma relação cheia de desconfianças e conflitos. Foi justamente uma crise entre eles que levou ao fim da Primeira República, na sucessão presidencial de 1930 — explica Cláudia Viscardi, da UFJF.

Em 1919, como o tempo para as negociações em torno do candidato oficial era muito curto, os dois estados acharam mais prudente optar logo



por alguém oriundo de um estado pequeno e neutro. Em apenas um mês, longe dos holofotes, o martelo foi batido a favor do senador paraibano Epi-tácio Pessoa.

“Foi ideia [ser presidente] que jamais me perpassou pela mente”, escreveria Epi-tácio, mais tarde, em seu livro *Pela Verdade*, “não só porque, sem modéstia, não me sentia à altura do cargo, como porque a máquina política do país estava montada de tal maneira que ao representante de um estado pequeno, como a Paraíba, não era lícito levar tão longe a sua ambição.”

Isso, porém, não quer dizer que Epi-tácio não tivesse as credenciais políticas necessárias para o cargo. Seu currículo era invejável. Formado em direito, ele havia sido secretário-geral do governo da Paraíba, deputado constituinte, ministro da Justiça, ministro do Supremo Tribunal Federal e procurador-geral da República. No Senado, havia presidido a importante Comissão de Justiça e Legislação.

Na Convenção de Paz de Paris, ele conseguiu importantes vitórias. O Brasil passou a ser dono de navios alemães que haviam sido aprisionados em portos nacionais, e a Alemanha aceitou pagar uma indenização pelo café brasileiro que havia confiscado durante a Primeira Guerra.

Na eleição de 1919, oficialmente, Epi-tácio Pessoa ficou com 71% dos votos. Ruy Barbosa, com 29%. Dias depois de o vencedor chegar de Paris, o Senado e a Câmara o homenagearam com um baile de gala que virou a madrugada, no Clube dos Diários, no Rio de Janeiro.



1ª Previdência permitia aposentadoria aos 50 anos

Lei de 1923 fez dos funcionários das estradas de ferro a categoria pioneira no direito a se aposentar. Até então, eles se viam obrigados a permanecer na ativa até acabarem as forças para o trabalho





Se o governo quisesse mudar as regras da Previdência Social em meados da década de 1920, não haveria mobilizações, embates públicos, impasses, polêmicas. As alterações só preocupariam os funcionários das estradas de ferro e os servidores de uma ou outra repartição pública. Esses eram os únicos trabalhadores que tinham a aposentadoria garantida por lei.

Data de 1923 a lei federal que fez dos ferroviários, no setor privado, os precursores do direito a um pagamento mensal durante a velhice. Conhecida como Lei Eloy Chaves, a norma é considerada a origem da Previdência Social. Foi sobre esse alicerce que o sistema previdenciário cresceu até chegar ao modelo atual, que paga aposentadorias, pensões e outros benefícios a milhões de brasileiros nos setores público e privado.

A Lei Eloy Chaves obrigou cada companhia ferroviária do país a criar uma caixa de aposentadorias e pensões (CAP), departamento incumbido de recolher a contribuição do patrão e a dos funcionários e pagar o benefício aos aposentados e pensionistas. No decorrer de 1923, 27 empresas de transporte sobre trilhos instituíram suas respectivas CAPs.

Para fazer jus à aposentadoria, o empregado precisava ter no mínimo 50 anos de idade e 30 anos de serviço no setor ferroviário. O valor do pagamento na velhice era ligeiramente inferior à média dos últimos salários recebidos na ativa.



REPRODUÇÃO/BLOG ESTRADAS DE FERRO

A primeira locomotiva do Brasil, batizada de Baronesa, que começou a circular em 1854, entre o Rio e Petrópolis

Companhia Paulista de Estradas de Ferro
 (ARTIGO 43 DO DECRETO 4682 DE 24 DE JANEIRO DE 1923)
CADERNETA DE NOMEAÇÃO
 Do empregado *Gina Tealdi Faber*

Inscrito na Repartição da
Inspeção Geral sob n.º -
 Registrado na Caixa sob n.º *22*
 Data do nascimento *1.º de Setembro de 1889*
 Nacionalidade *Italiana*
 Estado Civil *Casada*
 Admitido no serviço da Estrada em *1.º*
 de *Julho* de *1924*
 Exercendo actualmente as funções de
Dactylographa

Com os vencimentos na data da expedição desta Caderneta de *100\$000* por *223*

Sede da Administração da Companhia Paulista
 Jundiahy, *17* de *Março* de *1925*

INSPECTOR GERAL *Montoy*
 EMPREGADO *Gina T. Faber*
 (Vide instruções nas últimas páginas)



(PHOTOGRAPHIA)

Caderneta de uma das contribuintes da caixa de aposentadorias da Companhia Paulista de Estradas de Ferro

O Senado e a Câmara dos Deputados tiveram papel decisivo na concepção dos rudimentos da Previdência Social. A lei que o presidente Arthur Bernardes assinou em 1923 havia sido proposta pelo deputado federal Eloy Chaves (SP) e aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional.

A novidade, porém, não foi bem recebida pelos empresários. Segundo documentos históricos guardados nos Arquivos do Senado e da Câmara, parlamentares denunciaram que vários patrões tentavam burlar a lei para não pagar as aposentadorias na forma prevista.

Indignado, o senador Irineu Machado (DF), que havia trabalhado na Estrada de Ferro Central do Brasil antes de entrar na política, subiu à tribuna do Senado, no Rio de Janeiro (que tinha o status de Distrito Federal), e discursou:

— É natural que os funcionários ferroviários de idade mais avançada, nesse período da vida em que o homem começa a curvar-se para a terra em busca do túmulo, pensem em obter as vantagens da aposentadoria. De fato, os velhos servidores foram os que levantaram a ideia e recorreram ao coração generoso de Eloy Chaves, a quem coube a glória imorredoura dessa iniciativa. No entanto, quando entra em vigor a lei,

Lucciano
Rio, 24-1-1923.
Arthur Bernardes.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1.º Fica creada em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no paiz uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados.

Art. 2.º São considerados empregados, para os fins da presente lei, não só os que prestarem os seus serviços mediante ordenado mensal, como os operarios diaristas, de qualquer natureza, que executem serviços de caracter permanente.

Paragraho unico. Consideram-se empregados, ou ex-

Trecho inicial da Lei Eloy Chaves, que foi sancionada em 1923 pelo presidente Arthur Bernardes

surgem surpresas. Todas as empresas vão buscando interpretações capciosas e contrárias ao direito dos homens do trabalho.

Machado desfiou uma lista de irregularidades. Algumas ferrovias não depositavam a sua contribuição nas CAPs. Outras até a depositavam, mas gastavam “a mãos largas” o dinheiro arrecadado, “sem dar satisfações a ninguém”. Certas empresas impediam representantes dos empregados de fazer parte do conselho de administração das CAPs, nelas empossando apenas seus próprios executivos.

A São Paulo Railway Company avisou que, pelo menos no primeiro momento, só aposentaria os funcionários que completassem 60 anos, dez a mais do que a idade mínima prevista na lei. O argumento é que a CAP ainda não havia acumulado dinheiro suficiente para pagar o grande número de funcionários que já haviam chegado aos 50.

Numa interpretação tendenciosa da Lei Eloy Chaves, a Leopoldina Railway Company decidiu que a contagem dos 30 anos de serviços prestados — outro requisito para a concessão da aposentadoria — começaria apenas no dia em que a norma entrou em vigor.

— Imaginemos o caso do empregado que atualmente conta 50 anos de idade e 30 de serviço — continuou o senador. — Se a lei fosse conforme a interpretação dada pela administração da Leopoldina, teríamos como consequência que só aos 80 anos de idade esse empregado teria

direito à aposentadoria. Tal entendimento é uma violência feita aos direitos do pessoal daquela casa. Ora, os homens avançados em idade, aqueles que a empresa já explorou por maior espaço de tempo e inutilizou em seu serviço, teriam que morrer sem a fruição da aposentadoria. A Leopoldina não pode ir tão longe na sua exploração, elevando tanto os lucros e esquecendo os mais santos direitos da classe trabalhadora.

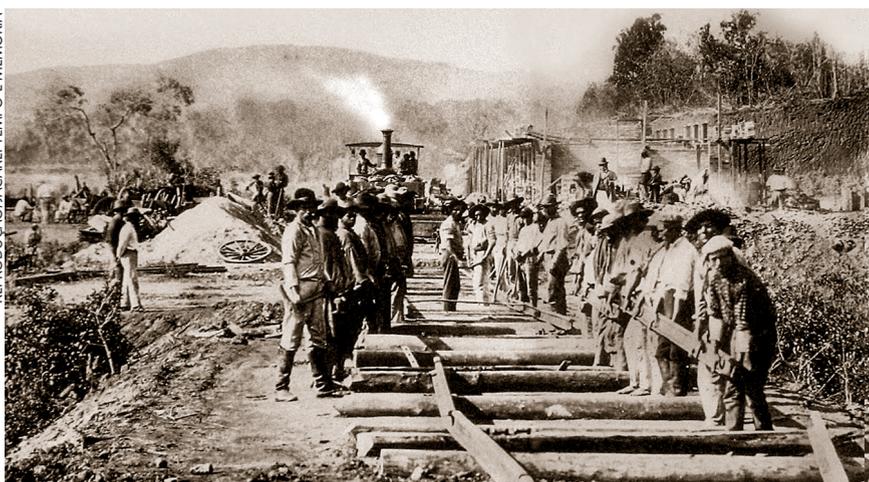
Para que a lei saísse integralmente do papel, foi preciso que o presidente Arthur Bernardes pressionasse as empresas. As companhias, muitas das quais estrangeiras, tiveram que ceder porque o serviço ferroviário era uma concessão pública e elas não queriam perder o contrato. Na Câmara, o deputado Eloy Chaves discursou:

— Este é o momento para dizer que o eminente chefe de Estado resistiu a todos os trabalhos subterrâneos para que essa lei fosse desnaturada e, nobremente, declarou que a lei votada deveria ser cumprida em toda a sua integridade.

A lei não veio por benevolência. Foi em resposta às greves nas estradas de ferro que o poder público instituiu o direito à aposentadoria. Esperava-se, assim, apelar a insatisfação dos ferroviários. Na Câmara dos Deputados, o parecer da Comissão de Legislação Social a respeito do projeto de Chaves trouxe o seguinte argumento:

“Se a criação das caixas [de aposentadorias dos ferroviários] determinar, como tudo leva a crer, um melhor entendimento entre empre-

REPRODUÇÃO/JACARÉ/TEMPO E MEMÓRIA



Construção da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí: ferroviários foram 1ª categoria da iniciativa privada a ter aposentadoria

A evolução das aposentadorias

1923

Aprovação da Lei Eloy Chaves. Considerada a semente da Previdência Social brasileira, a norma cria as caixas de aposentadorias e pensões (CAPs) no setor ferroviário. Cada CAP responde pelo pagamento dos aposentados de uma empresa específica.



anos 1920 e 1930

Extensão das CAPs para empresas de outros ramos, como o portuário, o da navegação marítima e o da aviação.

1933

Criação dos institutos de aposentadorias e pensões (IAPs). Enquanto cada CAP cuida das aposentadorias de uma única empresa, o IAP beneficia uma categoria profissional inteira, como a dos bancários, a dos comerciários e a dos industriários, com abrangência nacional.

1960

Unificação das regras das CAPs e do IAPs, incluindo a fixação de um valor máximo para as contribuições e os benefícios.

1966

Extinção das CAPs e dos IAPs, que são unificados no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).



1990

Substituição do INPS pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).



INSS
INSTITUTO NACIONAL
DO SEGURO SOCIAL

sários e trabalhadores, as consequências dessa harmonia serão a maior eficiência e regularidade do serviço ferroviário e a abolição das greves”.

Se agora quem consegue paralisar o Brasil são os caminhoneiros, na Primeira República esse poder era dos ferroviários. O país dependia das estradas de ferro. Em 1923, as pessoas e as mercadorias (incluindo o café, base da economia) viajavam em trem e navio. Não havia ônibus nem caminhão, e carro era para poucos. As raras estradas eram de terra.

Os ferroviários não hesitavam em exercitar o poder de paralisar o Brasil. De 1906 em diante, praticamente não passou ano sem que se registrasse paralisação em estradas de ferro. Os ferroviários engrossaram inclusive a histórica greve geral de 1917, na cidade de São Paulo.

A lista de reivindicações dos grevistas incluía direitos trabalhistas que hoje são básicos, mas na época inexistiam, como



Deputado Eloy Chaves, autor da primeira lei previdenciária do país

reajuste salarial periódico, adicional noturno, auxílio médico, férias, aposentadoria. Tais demandas não eram só do setor ferroviário. O Brasil havia abolido a escravidão pouco tempo antes, em 1888, e os empresários ainda não entendiam por que tinham que garantir o bem-estar de seus empregados. As “agitações operárias”, como se dizia, eram constantes.

Até a exploração das crianças estava liberada. Considerando a existência do trabalho infantil, a Lei Eloy Chaves permitia que o ferroviário se aposentasse

antes dos 50 anos de idade caso tivesse cumprido o mínimo de 30 anos de serviço. O valor do benefício, nessa situação, sofreria um corte de 25%. Quem tivesse entrado numa estrada de ferro aos 10 anos de idade, por exemplo, conseguiria se aposentar aos 40.

Quando apresentou o projeto, Chaves afirmou que objetivava acabar com a “áspera luta de classes”:

— Até agora, os funcionários das ferrovias do país não têm nenhuma garantia para seus dias de velhice e para arrimo de sua família em caso de morte. É verdade que em algumas companhias existem sociedades beneficentes com ação limitada a socorros médicos e medicamentos, mas isso não basta. Estamos em novos tempos. As classes menos favorecidas aspiram mui justamente a um maior quinhão de vida e conforto. Cumpre atendê-las com espírito liberal e amigo.

Chaves conhecia bem as paralisações. No governo de São Paulo, como secretário estadual de Justiça e Segurança Pública, ele foi uma figura central na greve geral de 1917 — no início, mandando a polícia atacar

A gratidão dos Ferroviários

nos exmos. srzs. drs.

ELOY CHAVES E FRANCISCO MONLEVADE

Os ferroviários das companhias Paulista e Mogiana levaram a effeito, no dia 21 do corr., em Jundiahy, a mais bella festa de gratidão, em homenagem aos propugnadores da lei das aposentadorias e pensões aos ferroviários, que se compoz de uma estrondosa e colossal manifes-

Ferro; Gustavo Jorge Brawn, G. Castro Affilhado, da Noroeste do Brasil; Arlsteu Seixas, representante da Superintendencia da Companhia Mogiana, representantes de todas as sessões da S. Paulo Railway, João de Guglielmo Netto, pela "Illustração de S. Paulo", e representantes da Imprensa.

Ah! o dr. Eloy Chaves foi recebido sob uma estrondosa salva de palmas e vivas, que a medlla



Em 1923, revista noticia homenagem dos ferroviários de Jundiaí ao deputado Eloy Chaves

os manifestantes e, no fim, mediando as negociações entre os grevistas e os empresários.

O deputado também conhecia bem os ferroviários. Seu reduto político era Jundiaí (SP), onde ficava a sede da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Os funcionários da empresa representavam boa parte de seu eleitorado.

Eloy Chaves ouviu críticas por favorecer uma única categoria profissional e esquecer-se de todas as demais. O deputado se defendeu explicando que se tratava de uma estratégia para vencer a resistência dos empresários:

— Este é apenas o primeiro degrau de uma longa escada.

Mais degraus, de fato, viriam em seguida. Com o passar dos anos, as determinações da Lei Eloy Chaves foram evoluindo até que finalmente em 1988 a Constituição estabeleceu que a aposentadoria seria um direito de todos os cidadãos.





Militares fizeram 1º sequestro de avião do país e tentaram derrubar JK



Revolta de Aragarças, sufocada pelo governo em dois dias, em 1959, foi uma espécie de ensaio do golpe militar de 1964



No fim de 1959, um avião da Panair que havia decolado do Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, rumo a Manaus, com escala em Belém, desapareceu durante a madrugada em pleno voo. A bordo, entre passageiros e tripulantes, viajavam 46 pessoas, incluindo o senador Remy Archer (PSD-MA).

Notícias desencontradas logo começaram a correr. Nas primeiras horas da manhã de 3 de dezembro, um desnordeado senador Victorino Freire (PSD-MT) subiu à tribuna do Palácio Monroe, a sede do Senado, no Rio de Janeiro, para expor sua aflição:

— Preparava-me para sair de casa quando soube que havia desaparecido o Constellation da Panair em que viajavam o senador Remy Archer, meu amigo, e a filha do jornalista [José Ribamar] Castello Branco [do jornal *O Globo*]. Aqui permanecemos numa verdadeira tortura de espera e ansiedade. O *Repórter Esso* chegou a divulgar que o avião havia caído. A senhora Archer, com três filhinhos pequenos, em pranto, estava certa de que o marido havia morrido. No mesmo desespero se encontrava aqui nesta Casa o jornalista Castello Branco, também meu velho e querido amigo.

A fala de Freire está catalogada no Arquivo do Senado, em Brasília. De acordo com documentos do mesmo acervo histórico, os senadores Otávio Mangabeira (UDN-BA) e Afonso Arinos (UDN-RJ) interromperam o co-

**SUBJUGADA EM PLENO VÔO
A TRIPULAÇÃO DO "CONSTELLATION" DA PANAIR
APRISIONADOS PELOS REBELDES
A SOBRINHA DO MARECHAL LOTT E O SENADOR REMI
ARCHER, PRESIDENTE DO BANCO DA AMAZÔNIA**

Aragarças em poder do grupo revolucionário — Quatorze oficiais da FAB e dois do Exército implicados no movimento — A UDN condena o golpe de força — Manifesto dos oficiais sediciosos

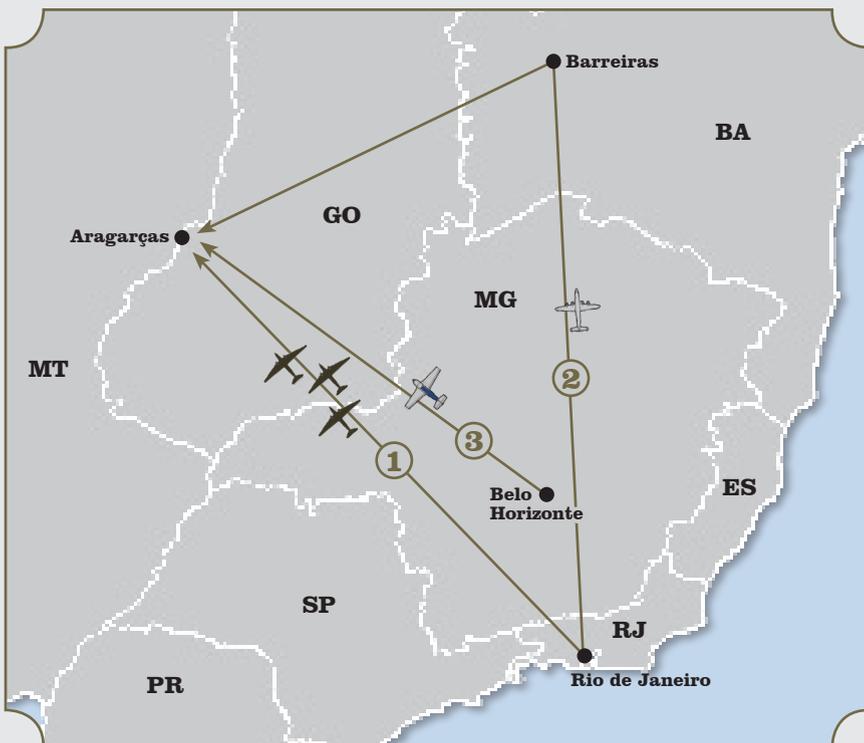
LUTA DEMOCRÁTICA

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL

Jornal notícia em 1959 o sequestro do avião da Panair e a deflagração da Revolta de Aragarças

O trajeto dos aviões sequestrados

Um grupo de conspiradores militares e civis toma cinco aviões no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte e os leva para Aragarças (GO), o epicentro da revolta



1

No Rio, militares aproveitam que têm livre acesso à Base Aérea do Galeão e se apossam de três aviões da Aeronáutica. Eles voam para Aragarças.

2

No Rio, um avião da Panair com 46 pessoas decola do Aeroporto Santos Dumont com destino a Belém e Manaus. Na altura de Barreiras (BA), um dos revoltosos aponta uma arma para o piloto e anuncia o sequestro. O voo é desviado para Aragarças.

3

Em Belo Horizonte, um avião de pequeno porte da Companhia Estantifera do Brasil (Cesbra) é tomado no Aeroporto da Pampulha. Os revoltosos pilotam em direção a Aragarças.

lega e avisaram que haviam acabado de receber, de mensageiros anônimos, cópias mimeografadas de um manifesto que explicava tudo, assinado por um grupo que se intitulava Comando Revolucionário.

Não se tratava de desastre aéreo. O avião da Panair, na realidade, havia sido sequestrado no ar — o primeiro sequestro de avião da história do Brasil. Estava em curso uma tentativa de golpe de Estado para derrubar o presidente Juscelino Kubitschek, fechar o Congresso Nacional e instaurar uma ditadura militar. O Comando Revolucionário era formado essencialmente por oficiais da Aeronáutica e do Exército.

A conspiração teve mais duas frentes. Na noite de 2 de dezembro de 1959, poucas horas antes de o piloto da Panair ser rendido quando atravessava a Bahia, outro grupo roubou da Base Aérea do Galeão, no Rio, três aviões da Aeronáutica repletos de armas e explosivos, e um terceiro grupo levou do Aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte, um teco-teco pertencente a uma empresa privada também carregado de armamento.

De posse dos cinco aviões, os rebeldes voaram para Aragarças, uma cidadezinha dos confins de Goiás, na divisa com Mato Grosso, assim chamada por localizar-se na confluência dos Rios Araguaia e das Garças. Aragarças seria o quartel-general da revolta. O plano mais imediato era bombardear o Palácio do Catete e matar JK. O movimento, que duraria só dois dias e acabaria fracassando, ficou conhecido como Revolta de Aragarças.

— Proclamo meu desacordo com essas situações violentas — discur-

ARQUIVO PÚBLICO DO DF



DOMÍNIO PÚBLICO



Rebeldes eram contrários ao presidente JK e ao vice João Goulart e favoráveis ao candidato Jânio Quadros



Avião de rebeldes
pega fogo em
Aragarças após
ser baleado pelos
soldados enviados
pelo governo

sou o senador Lameira Bittencourt (PSD-PA), líder do governo no Senado. — Sejam quais forem as falhas do governo, por mais graves e angustiosos que sejam os problemas brasileiros, não será à custa de movimentos de indisciplina, subversivos, revolucionários que iremos ao encontro das legítimas aspirações do povo. Somente dentro da lei removeremos as dificuldades.

— Quero deixar patente a reprovação da bancada udenista a qualquer movimento subversivo — concordou o senador João Villas Boas (UDN-MT), líder da oposição ao governo. — A nação precisa de paz e

ordem para prosseguir no exercício da sua vida democrática. Qualquer perturbação trará profundos prejuízos não à política ou aos partidos, mas à pátria brasileira.

A aliança partidária PSD-PTB governava o Brasil desde 1946. Setores das Forças Armadas estavam insatisfeitos com a hegemonia ininterrupta do getulismo e do trabalhismo e ansiavam por ver no poder a UDN, partido oposicionista que havia perdido as três eleições presidenciais posteriores à ditadura do Estado Novo. Esses militares já haviam planejado golpes em 1954, 1955 e 1956 para destronar a dobradinha PSD-PTB, mas sem sucesso.

Em dezembro de 1959, o estopim da Revolta de Aragarças foi a repentina decisão de Jânio Quadros, o presidenciável apoiado pela UDN, de renunciar à candidatura. A eleição estava marcada para outubro de 1960. Os militares que se aferravam a Jânio e à UDN entenderam que a desistência permitiria a JK eleger o sucessor e perpetuar a chapa PSD-PTB no controle do Brasil.

Antes da renúncia do candidato Jânio, o autointitulado Comando Revolucionário já estava em alerta por causa de dois boatos fortes. O pri-

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL

REMY ARCHER, HÓSPEDA DA EMBAIXADA DO BRASIL EM BUENOS AIRES

JK: MOTIM FOI UM ATO DE PIRATARIA AÉREA! LEIA NA PAGINA 6

ESMAGADO O MOTIM

ÚLTIMOS "FLASHES" DO GOLPE FRACASSADO

ESTES SÃO OS CABEÇAS DO MOVIMENTO NA FAB!



- 1) LOTT INSTAURA INQUÉRITO POLICIAL MILITAR, SOB A PRESIDÊNCIA DO GAL. ESTEVÃO TAUBINO DE RESENDE
- 2) MOTIM DOMINADO: -CONSTELLATION- COM DESORDEIROS CAPTURADO EM BUENOS AIRES
- 3) DRAMA DA FAMÍLIA REMY ARCHER: 24 HORAS DE ANGSTIA E DESESPERO
- 4) Remy Archer na Embaixada do Brasil em Buenos Aires: Todas as Garantias
- 5) INCENDIOU-SE O C-47 AO TENTAR SAIR DE ARAGARÇAS: NA FERIDAS
- 6) ARAGARÇAS, JACRESGATON E OUTROS AEROPORTOS OCUPADOS MILITARMENTE
- 7) Teria Sido Abatido o C-47 em Aragarças
- 8) Onda de Boletins Subversivos em São Paulo
- 9) Espião do Comandante Borges do PAVAIR

Zero Hora
Também Louzinger e 5 Civis Presos

Amo 18. ... Rio de Janeiro, Sábado, 5 de Dezembro de 1959 ... Nº 282

Última Hora

ADVERTÊNCIA AOS GOLPISTAS

Jornal notícia em 1959 o fim da Revolta de Aragarças, incluindo a libertação do senador Remy Archer



Rebeldes da Revolta de Aragarças se rendem: movimento pretendia derrubar JK e instaurar ditadura

meiro dava conta de que JK negociava uma emenda constitucional que lhe permitiria a reeleição. O segundo boato dizia que o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, expoente do PTB, orquestrava um golpe para barrar a eventual vitória de Jânio e da UDN e instaurar uma ditadura sindicalista no país.

— Não tenhamos dúvida de que a revolução, a revolta, o motim ou o golpe frustrado de Aragarças foi muito fruto da decepção causada pela retirada da campanha do senhor Jânio Quadros — afirmou o senador Afonso Arinos.

O manifesto divulgado pelo Comando Revolucionário descrevia o Poder Executivo como corrupto, o Legislativo como demagógico e o Judiciário como omissivo. E citava o risco de o Brasil cair nas garras do comunismo: “Em face desse estado de degeneração e deterioração, os adeptos do comunismo infiltrados nos mais variados setores, dentro e fora da administração pública, procuram tirar o máximo benefício da situação de miséria e fome das populações para implantar o seu regime de escravidão do ser humano”.

A Revolta de Aragarças falhou porque os insurgentes não conseguiram o apoio imaginado. Eles acreditavam que levas de militares de todos os cantos do Brasil se somariam ao movimento assim que o manifesto fosse

Ensaaios do golpe de 1964

Até conseguirem tomar o poder, militares fizeram várias tentativas de golpe de Estado ao longo de dez anos

1954 Suicídio de Vargas

Enfraquecido por denúncias de corrupção em seu governo e pelas repercussões do atentado da Rua Tonelero, o presidente Getúlio Vargas é pressionado pela oposição e por militares a renunciar à Presidência. Vargas se suicida e, assim, consegue frustrar o golpe de Estado que estava prestes a ser consumado.



REPRODUÇÃO/FGV



ACERVO MARECHAL LOTT

1955 Dois impeachments

Com o apoio do presidente licenciado da República, Café Filho, e do presidente interino, Carlos Luz, militares tentam impedir a posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek, e do vice, João Goulart, herdeiros do getulismo. O ministro da Guerra, Henrique Lott, da ala legalista do Exército, aborta duas tentativas de golpe. Café e Luz sofrem impeachment.

1956 Revolta de Jacareacanga

Dez dias após a posse de JK, um grupo de oficiais da Aeronáutica insatisfeitos com a repressão das conspirações de 1955 e com o novo presidente se apoderaram de um avião militar com armas no Rio de Janeiro e partem para o sul do Pará, onde dominam Jacareacanga e cidades vizinhas. O governo debela a revolta após três semanas.



REPRODUÇÃO/PORTALBURE.COM.BR

1959 Revolta de Aragarças

Após Jânio Quadros, adversário do getulismo, anunciar que retiraria sua candidatura à Presidência, militares apoiadores do político reagem sequestrando aviões e levando-os para Aragarças (GO), onde dão início a um movimento para derrubar JK e impedir que ele eleja seu sucessor. O movimento não ganha as adesões esperadas e fracassa.



REPRODUÇÃO/FGV

1961 Parlamentarismo

O presidente Jânio Quadros renuncia, mas os militares não aceitam que o vice João Goulart tome posse. Nessa época, titular e vice são eleitos separadamente. O golpe militar só não se concretiza e Goulart consegue tomar posse porque se negocia a instauração do parlamentarismo, sistema em que o presidente quase não tem poderes.

divulgado. Entretanto, soldado nenhum saiu dos quartéis. Também contavam com a adesão de políticos da UDN. Os udenistas, contudo, calcularam que uma revolta militar nesse momento daria motivo para JK decretar estado de sítio, cancelar a eleição de 1960 e, aí sim, apossar-se de vez da cadeira presidencial.

No fim das contas, Aragarças envolveu cerca de 15 rebeldes apenas, incluindo três civis. Dado esse pífio contingente, as forças militares do governo sufocaram a insurreição rapidamente, menos de 48 horas após o sequestro do voo da Panair. Não houve mortes. Um dos aviões militares roubados foi metralhado na pista de pouso de Aragarças e pegou fogo. Os revoltosos que estavam a bordo se renderam e foram presos. Os demais usaram os outros aviões para fugir para a Bolívia, o Paraguai e a Argentina. Os reféns do avião da Panair, inclusive o senador Remy Archer, foram libertados em Buenos Aires, sãos e salvos.

Apesar de o líder da UDN no Senado ter repudiado a Revolta de Aragarças, houve senadores do partido oposicionista que não endossaram a condenação e, em vez disso, aplaudiram os insurretos. O senador Otávio Mangabeira afirmou que concordava plenamente com o diagnóstico da situação nacional descrito no manifesto do Comando Revolucionário:

— Confesso que amo as rebeldias legítimas. O que eu detesto são as acomodações exageradas. A nação que se habitua a acomodar-se a tudo é uma nação que se educa na escola da fraqueza. No dia em que for chamada a defender a pátria, não estará moralmente habilitada a fazê-lo. Apesar de divergir deles no ponto em que pedem a demolição da estrutura constitucional e a implantação da ditadura militar, trago minha palavra de compreensão para aqueles jovens militares levados pelo arroubo de seu temperamento e pelo fogo natural de sua idade.

O senador Afonso Arinos comparou Aragarças com a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, ocorrida em 1922:

— Fui testemunha pessoal. Eu era adolescente e morava ao lado do Forte de Copacabana. Assisti na noite de 4 para 5 de julho àquele pugilo de jovens passar de réprobos [malvados] de uma repressão brutal à condição de heróis impolutos de uma geração. Não podemos agora saber se Aragarças se trata de uma Copacabana aérea. É melhor não tomarmos aqui uma atitude de condenação de que depois venhamos a nos arrepender.

Mangabeira gostou da comparação histórica e citou personagens ini-

cialmente malvistas e depois transformados em heróis:

— Por que esquarteraram Tiradentes? E quem é Tiradentes hoje? Que fez Deodoro a 15 de novembro de 1889? Onde está ele agora? Que fez Getúlio Vargas a 3 de outubro de 1930? Ninguém, tampouco eu, tem autoridade para condenar golpistas só pelo fato de serem golpistas.

O senador Daniel Krieger (UDN-RS) acrescentou:

— Sentir-me-ia diminuído perante mim próprio se assistisse calado tachar-se de covardes aqueles que, ainda que erradamente, dão exemplo de coragem e desprendimento a este país.

A Revolta de Aragarças foi uma reedição de outro movimento golpista bastante parecido, inclusive com o uso de aviões militares, que havia ocorrido em fevereiro de 1956, apenas duas semanas após a posse de JK: a Revolta de Jacareacanga, no sul do Pará. Em 1959, os senadores não puderam deixar de fazer comparações entre as duas revoltas. Eles mencionaram o major-aviador Haroldo Veloso, que havia sido líder revoltoso de Jacareacanga e, após ser anistiado pelo presidente, voltou à cena em Aragarças.

— Da primeira loucura, a de Jacareacanga, disse eu [em 1956] nesta Casa e ao senhor presidente da República que o sistema de se conceder anistia a criminosos políticos antes de a Justiça se pronunciar era muito perigoso. Anistiados, foram endeusados, voltaram à Aeronáutica e foram promovidos. Agora fazem este segundo movimento. Estamos verificando quão acertado eu estava — criticou o senador Caiado de Castro (PTB-DF).

— Atos de sedição devem ser punidos com rigor. Se não o forem, ensinam a repetição a que agora assistimos — concordou o senador Lima Teixeira (PTB-BA). — Fique a advertência para que não se deixe passar em branca nuvem um episódio que poderá ser mais grave da terceira vez. Que a punição se concretize, a fim de que o povo se tranquilize e confie na autoridade do chefe da nação.

JK seguiu os conselhos. Ao contrário do que fizera em 1956, o presidente não concedeu anistia aos golpistas em 1959.

De acordo com o jornalista Wagner William, autor da biografia *O Soldado Absoluto* (Editora Record) — sobre o marechal Henrique Lott, o ministro da Guerra que sufocou Aragarças —, o presidente JK enxergou a malograda revolta como sinal de que o clima político se tornaria explosivo e o país ficaria ingovernável caso a sua adversária UDN não chegasse logo ao poder.

— Foi pensando dessa forma que JK lançou Lott como o candidato presidencial do PSD na eleição de 1960. Ele sabia que o marechal não tinha chance de vencer. A estratégia de JK era que a UDN o sucedesse e, por causa da crise econômica do país, governasse com muita dificuldade e se desgastasse. Numa frente, JK aplacaria o desejo de poder da UDN. Em outra, ele próprio se apresentaria na eleição de 1965 como o candidato da salvação nacional — explica William.

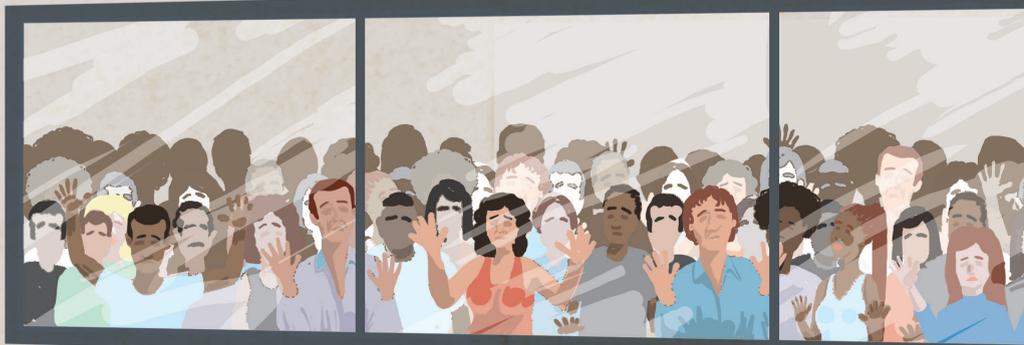
Poucos dias depois de Aragarças, Jânio Quadros anunciou que era de novo candidato presidencial — “Jânio renuncia à renúncia”, noticiou um jornal. Ele venceu a disputa eleitoral de 1960, marcando enfim a chegada da UDN ao poder e esfriando os ânimos conspiratórios das Forças Armadas. Mas a paz não duraria. A famigerada renúncia de Jânio à Presidência da República, em agosto de 1961, e a tumultuada posse do vice João Goulart, no mês seguinte, despertariam os golpistas. A resposta deles viria em 1º de abril de 1964. Dessa vez, não falhariam.





Em 1968, governo passou a priorizar faculdades privadas





Ditadura foi pressionada pelos “excedentes” dos vestibulares a multiplicar vagas do ensino superior. Sem verba para ampliar universidades federais, optou por facilitar a abertura de cursos particulares



Estudantes protestam no Rio contra a ditadura e também pedem mais vagas nas universidades públicas

As faculdades particulares respondem hoje pela grande maioria das matrículas no ensino superior no Brasil. Durante várias décadas, contudo, foram as instituições públicas que sustentaram o setor. Isso mudou em 1968, quando a ditadura militar fez uma reforma universitária que, entre outras mudanças, transferiu o domínio do mercado para a iniciativa privada.

A opção pelas faculdades particulares foi a resposta dos generais à incômoda pressão dos “excedentes” — jovens que obtinham boas notas nos vestibulares das universidades públicas, mas não eram convocados para a matrícula porque não havia vagas suficientes.

Para ser considerado aprovado, bastava que o vestibulando tirasse nota superior a 5. Assim, por exemplo, 180 jovens podiam ser aprovados para um curso de graduação com apenas 100 vagas disponíveis. Nessa situação, 80 ficavam de fora e engrossavam o grupo dos excedentes.

A situação era tão grave que o marechal Arthur da Costa e Silva, ao assumir a Presidência da República, em 1967, incluiu o fim dos excedentes na lista de suas prioridades no governo.

Documentos de 1968 guardados no Arquivo do Senado mostram que senadores da época, tanto da Arena (partido governista) quanto do MDB (oposicionista), cobravam uma solução rápida do presidente.

— O espetáculo da nossa mocidade à porta das faculdades, procu-

rando entrar e sendo barrada, é um atestado da desorganização do nosso governo — discursou o senador Arthur Virgílio (MDB-AM).

— O problema do excedente é absurdo num país que precisa de engenheiros, médicos, biólogos, químicos, profissionais de todas as categorias — criticou o senador Vasconcelos Torres (Arena-RJ).

— Tenho em minha própria casa um filho que fez o exame vestibular para o curso de medicina e está hoje, com dezenas de outros rapazes, preterido por falta de vaga na Universidade de Brasília — exemplificou o senador Argemiro de Figueiredo (MDB-PB).

— Preparou-se a mocidade, nas suas sempre risonhas esperanças, para o ingresso na vida universitária. O resultado, certamente, não foi o prometido. Pelas notícias divulgadas, em todos os estados há cinco estudantes que disputam cada vaga existente nos diversos cursos — afirmou o senador Cattete Pinheiro (Arena-PA), referindo-se à promessa presidencial ainda não cumprida.

Os estudantes passaram o ano de 1968 fazendo passeatas. Eles não somente exigiam a queda da ditadura militar, que completava quatro anos, mas também cobravam mais vagas nas universidades, para acabar com o drama dos excedentes. O governo reprimiu muitas dessas manifestações com violência.

Em 1960, o Brasil tinha só 100 mil vagas em cursos de graduação, sendo 60% públicas e 40% privadas. Menos de 1% dos jovens entravam na universidade. Passados apenas cinco anos da reforma de 1968, as porcentagens já haviam se invertido: 40% das vagas eram públicas e 60%, privadas. É certo que as instituições públicas também cresceram, mas num ritmo bem discreto.

No fim da década de 1960, como comparação, havia 8,2 milhões de vagas na graduação, e a predominância do setor privado estava ainda mais pronunciada, na proporção 75%-25%.

Em 1968, a abertura massiva de vagas na rede pública estava fora de cogitação. Com dificuldades orçamentárias, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) vinha retendo verbas das universidades federais.

O senador Mário Martins (MDB-Guanabara) citou o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que receberia naquele ano apenas 50% dos recursos solicitados ao MEC, e analisou:

— Esta é uma política generalizada. Como pode um governo pre-

tender ter autoridade para se dirigir à mocidade se demonstra profundo desprezo para com aqueles que aprendem? Eles não podem estudar e se atrasam na sua formação porque os professores não recebem e as escolas não têm verbas. A mocidade não está fazendo agitação, como se apregoa. Está reclamando o seu direito. Que o governo cumpra o seu dever. Mas o dever não é mobilizar forças militares para silenciá-la.

Para Martins, havia um interesse oculto na retenção das verbas:

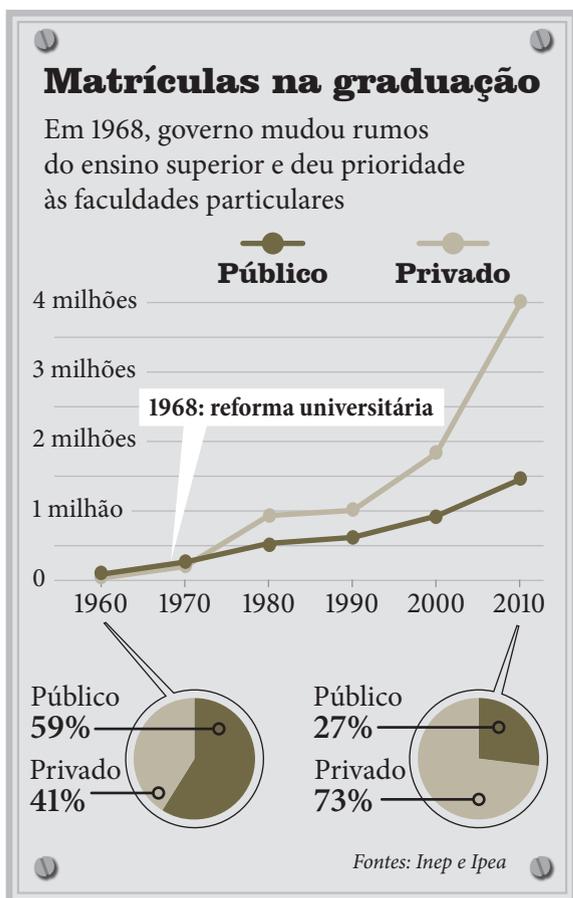
— Esse abandono não é por acaso. Há um plano para tornar impossível o funcionamento das faculdades federais. Para quê? Para transformá-las em fundações, para que possa o capital privado interferir, sobretudo o capital estrangeiro.

Em maio de 1968, o Senado chamou o ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra, para dar explicações sobre os excedentes. Sem citar a iniciativa privada, Dutra disse aos senadores que o plano do MEC era criar outro tipo de curso superior:

— Estamos projetando uma solução eficiente e decisiva: a abertura do ensino universitário para cursos de duração reduzida, para uma formação mais rápida no tempo, que deem à juventude brasileira imediatas possibilidades de ganhar a vida.

— Estamos projetando uma solução eficiente e decisiva: a abertura do ensino universitário para cursos de duração reduzida, para uma formação mais rápida no tempo, que deem à juventude brasileira imediatas possibilidades de ganhar a vida. Isso ocorrerá sem prejuízo de continuarmos com os cursos clássicos de cinco ou seis anos, formando profissionais de alta qualificação para comandar o processo de desenvolvimento do país.

O senador Arnon de Mello (Arena-AL) apoiou a ideia:



— A Rússia tem 4,5 milhões de engenheiros. Os Estados Unidos, mais de 1 milhão. O Brasil, apenas 34 mil. Na Rússia, os engenheiros são formados com dois ou três anos de estudos. Nos Estados Unidos, com três ou quatro anos. O Brasil é um dos poucos países do mundo que se dão ao luxo de for-

mar engenheiros com cinco anos. O engenheiro brasileiro não utiliza nas suas atividades nem 30% do conhecimento adquirido na faculdade.

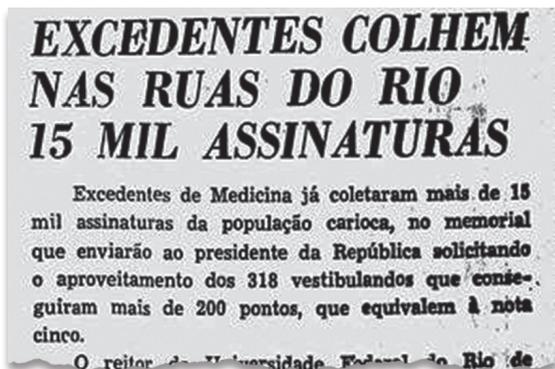
Uma ideia esdrúxula chegou a ser cogitada como forma de impedir o sucesso dos excedentes que apresentavam ações judiciais contra o governo pedindo a matrícula na universidade.

— A situação chegou ao ponto de um ex-ministro da Educação propor a incineração das provas como único meio de evitar excedentes. Mas seria essa a solução para a crise? Eu me vejo obrigado a fazer um apelo à análise, um chamamento à razão — discursou o senador Cattete Pinheiro.

Para alguns senadores, o grande culpado pela existência dos excedentes era o Conselho Federal de Educação (CFE), órgão vinculado ao MEC responsável por credenciar faculdades e autorizar cursos. Segundo o senador Vasconcelos Torres, o CFE havia começado o ano de 1968 sem dar andamento a 300 pedidos apresentados no ano anterior:

— Escravizamos o ensino brasileiro ao poder arbitrário e pessoal do CFE. Humildemente, como quem vai implorar uma esmola, acorrem brasileiros de todos os quadrantes do país a fim de solicitar ao conselho a necessária autorização para o funcionamento de um curso superior. Preenchido um mundo de formalidades, começa a batalha. Mês após mês, com enormes gastos de transporte e hospedagem no Rio de Janeiro, voltam ao CFE para saber da esperada autorização. O prazo médio de demora é de um ano, mas há requerimentos com dois, três, quatro e até cinco anos. Em 1967, o CFE autorizou menos escolas do que em 1966.

O senador Eurico Rezende (Arena-ES), que, como empresário, pouco tempo antes havia obtido o aval do CFE para abrir a primeira faculdade



Correio da Manhã noticia mobilização de excedentes no Rio



Tarso Dutra, ministro da Educação e Cultura em 1968

particular de Brasília, discordou da avaliação negativa colega:

— O Conselho Federal de Educação, ao revés do que afirma Vossa Excelência, tem cumprido as suas tarefas e obrigações. Assisti a algumas de suas sessões plenárias e só tenho motivos para louvar a isenção daquele órgão. Conceder autorização é colaborar com o ensino, obviamente. Mas negar esses atos também é colaborar com o ensino. É preciso criar faculdades, não facilidades. É o que se verifica aqui no próprio Senado quando se

aprova ou se rejeita um projeto de lei. Não se diz nunca que estamos des-servindo ao país quando rejeitamos uma proposição.

Torres respondeu:

— Vossa Excelência não pode comparar os problemas do Senado, um órgão legislativo, com os do Conselho Federal de Educação. Mas por que tal empenho em não dar autorizações? O CFE é constituído em sua quase totalidade de reitores de universidades e diretores de escolas. O Fundo do Ensino Superior [composto de recursos públicos] é distribuído a elas. Aumentando o seu número, diminuída ficará a parcela tocada a cada uma. Então os conselheiros reagem, solidarizam-se na defesa do interesse comum.

Em julho de 1968, diante da pressão cada vez mais intensa dos estudantes, o Palácio do Planalto criou uma comissão de especialistas para estudar a situação do ensino superior. Não houve nenhum representante dos universitários no grupo. Ao fim dos trabalhos, 30 dias depois, a comissão propôs uma ampla reforma universitária. O governo transformou

algumas dessas sugestões em decretos-leis, com vigência imediata, e outras em projetos de lei, que os senadores e deputados foram obrigados a aprovar a toque de caixa — o Ato Institucional 2 (AI-2) estabelecia que, caso o Congresso Nacional não votasse projetos com regime de urgência no prazo de 30 dias, eles seriam automaticamente aprovados.

Durante a discussão dos projetos da reforma, o deputado Último de Carvalho (Arena-MG) apresentou uma emenda que buscava inibir os protestos estudantis. Na visão dele, muitos jovens eram “presas fáceis de ideologias exóticas”. De acordo com a sugestão, alunos de universidade pública que fizessem greve seriam expulsos.

— Não é possível que o povo brasileiro fique se sacrificando com tributos para que estudantes de escolas do governo façam greve. Se querem fazer greve, então que paguem pelos seus estudos. Não podem estudar à custa do governo. Esse tipo de coisa me impressionava e me impressiona.

A emenda do deputado foi rejeitada.

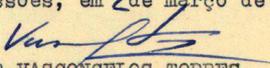
Na reforma universitária de 1968, o governo resolveu a questão dos excedentes por meio de três expedientes. O primeiro foi acabar com a nota mínima para a aprovação do vestibulando e estabelecer que só seriam aproveitados os candidatos em número igual ao das vagas abertas nos editais. O segundo expediente foi conceder empréstimos e isenções fiscais a empresários que desejassem abrir faculdades. O terceiro foi ordenar que o CFE abrisse a porteira, afrouxando as exigências e sendo rápido ao analisar os pedidos de novos cursos.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,

De conformidade com a letra regimental, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, se o Ministério está tomando alguma providência no sentido de que sejam aproveitados os excedentes aprovados nos vestibulares realizados pelas Universidades Federais?

Sala das Sessões, em 2 de março de 1967


SENADOR VASCONCELOS TORRES

ARQUIVO DO SENADO

Por ofício, senador questiona MEC sobre planos para aproveitar excedentes dos vestibulares

Assim, além de acalmar os protestos estudantis, a ditadura militar atingiu os objetivos de manter o apoio da classe média (que via o diploma universitário como caminho para a ascensão social) e garantir a formação de mão de obra para a crescente indústria nacional.

Outro desejo do governo era dinamizar o mercado educacional privado. De acordo com Luiz Antônio Cunha, professor da Faculdade de Educação da UFRJ e autor do livro *A Universidade Reformanda* (Editora Unesp), foi forte a pressão dos empresários, que enxergaram a possibilidade de grandes negócios na educação.

— Vários pequenos colégios privados se transformaram em faculdades, aproveitando essa onda de afrouxamento dos controles sobre a autorização de cursos — ele diz.

Uma das leis aprovadas na reforma de 1968 estabeleceu que o ensino superior brasileiro se basearia em universidades (obrigadas a oferecer cursos nas várias áreas do conhecimento e desenvolver pesquisa científica). Apenas em casos excepcionais haveria faculdades isoladas (que ofereciam só um curso ou dois e não precisavam se dedicar à pesquisa). As instituições públicas obedeceram à nova determinação, mas não as particulares. Grande parte das muitas instituições privadas que o CFE autorizou naquela época foram faculdades isoladas.

— A iniciativa privada não tinha interesse, competência nem recursos para organizar universidades. Ela se dedicou às faculdades e explorou o ensino como mercadoria — afirma Dermeval Saviani, professor da pós-graduação em educação na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Excedentes pedem vaga em faculdade na posse do presidente Costa e Silva, na Praça dos Três Poderes, em Brasília, em 1967



CORREIO DA MANHÃ/BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL

EXCEDENTES DE SP ACAMPAM EM FRENTE À ESCOLA POR VAGAS

SÃO PAULO (Sucursal) — Os 35 alunos excedentes do curso de psicologia da Faculdade de Filosofia da USP, iniciaram acampamento na manhã de ontem, na calçada fronteira à Escola, na Rua Maria Antônia. A concentração foi iniciada às 7h, em uma barraca de lona, com vedação das partes laterais com cartazes, em que os estudantes chamam a atenção das autoridades e do público para o seu problema.

Jornal *Correio da Manhã* notícia protesto de excedentes da USP

e autor do livro *Política e Educação no Brasil* (Editora Autores Associados). — Na prática, a lei foi invertida: o ensino superior acabou sendo ministrado em estabelecimentos isolados, e as universidades se tornaram a exceção.

Os efeitos colaterais logo seriam sentidos. Em 1980, a Câmara dos Deputados criou uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar as deficiências do ensino privado no país. Um dos chamados a colaborar com a investigação dos deputados foi o senador João Calmon (PDS-ES), reconhecido como um dos grandes especialistas do Congresso Nacional em educação. Calmon resumiu:

— Houve uma expansão desordenada. Boa parte das instituições criadas no *rush* de 1968 reconhecidamente não apresenta condições para ministrar um ensino de qualidade ao menos razoável. Elas não dispõem sequer de bibliotecas adequadas, para não falar de professores capacitados. Além disso, há uma inadequação entre a oferta de ensino superior e a demanda da sociedade. Estamos formando profissionais demais em áreas como direito, história, administração, letras, engenharia e medicina. Hoje há um novo tipo de excedente: os excedentes profissionais, sérios candidatos ao desemprego.





Primeira senadora tomou posse em 1979 e foi recebida com flor e poesia



Eunice Michiles enfrentou a resistência dos colegas homens, que não aprovaram os projetos de lei apresentados por ela para garantir direitos às mulheres



Ao longo de um século e meio, desde o reinado de D. Pedro I até o governo do general Ernesto Geisel, apenas políticos homens entraram no Senado. Isso mudou em 1979, quando a primeira senadora do Brasil tomou posse. A mulher que rompeu com a exclusividade masculina na Câmara Alta foi Eunice Michiles (pronuncia-se Miquiles), uma ex-professora de colégio e ex-deputada estadual saída do Amazonas.

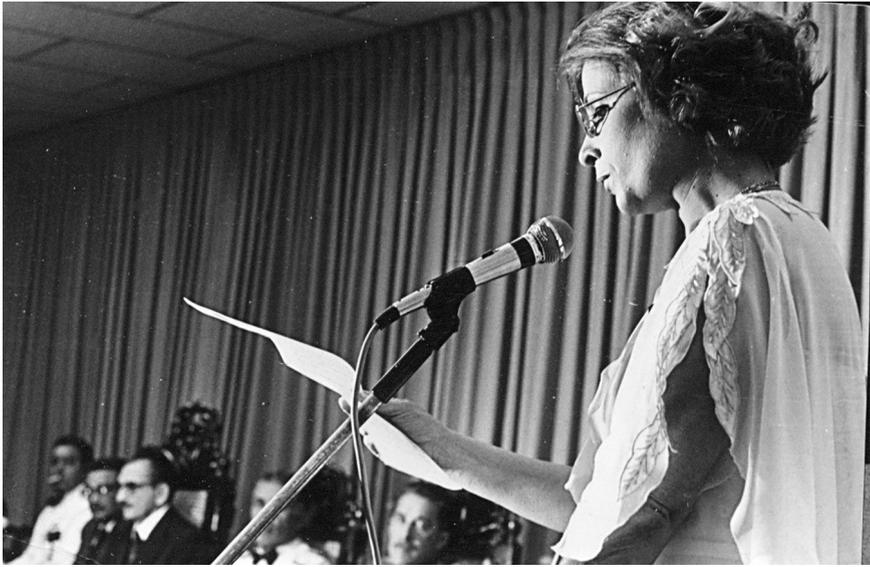
A histórica posse ocorreu em maio daquele ano, no início do governo do general João Figueiredo. Documentos guardados no Arquivo do Senado, em Brasília, mostram que os parlamentares receberam a colega do sexo feminino com deferência e empolgação. Na cerimônia de posse, a novata foi presenteadada com flor, chocolate e poesia.

O senador Dirceu Cardoso (MDB-ES) discursou:

— Foi por causa das mulheres guerreiras que galopavam nos seus árdegos cavalos que se deu ao rio o nome de Amazonas. Tinha, portanto, que ser da Amazônia a nossa primeira senadora, essa mulher que, como a estrela nova, desce neste Plenário e asperge luz sobre todos nós. Saúdo Vossa Excelência como representante da mulher brasileira, como representante da minha esposa e das minhas filhas. É um Brasil novo que está nascendo.



Eunice Michiles fala no Senado: primeira senadora do país, ela apresentou projetos em favor das mulheres



Eunice Michiles, que foi senadora entre 1979 e 1987, faz discurso

O senador José Lins (Arena-CE) gostou das palavras do colega:

— Vossa Excelência, o seu discurso é o buquê de flores que nos faltava para receber adequadamente a senadora Eunice Michiles.

Na realidade, não faltaram flores. Nesse mesmo dia, um cesto com rosas vermelhas chegou às mãos da senadora. O mimo foi providenciado pelo senador Paulo Brossard (RS), em nome de toda a bancada do MDB, o partido opositor. Eunice pertencia à Arena, a sigla de sustentação da ditadura militar.

Na cerimônia de posse, o senador Lomanto Júnior (Arena-BA) disse o que esperava da colega:

— Que Vossa Excelência seja muito feliz e possa aqui emprestar, com sua inteligência, sua sensibilidade, seu coração e sua beleza, a colaboração de que o Senado tanto necessita. A sua presença aqui é, para nós, motivo de enternecimento.

Em seguida, o senador Almir Pinto (Arena-CE) recitou um poeminha de sua própria lavra em que lembrou que, naquele momento, a Câmara dos Deputados já tinha três mulheres:

— Fiz esta quadrinha simples, uma insignificante saudação a nossa querida senadora: “O Senado sesquicentão [que tem 150 anos] / agora está como quer: / a exemplo da outra Casa, / tem na Casa uma mulher”.



Eunice Michiles ganhou flores dos colegas no dia em que tomou posse no Senado

Empolgado com a rima do colega, Dirceu Cardoso pediu a palavra outra vez:

— Nobre senador, vou responder a Vossa Excelência também com uma quadra. Mas não é minha. É de autor cujo nome não me vem à memória neste instante: “Se o imenso mar que rebrama / fosse amor, não água fria, / chamar-se-ia mulher, / e não mar, como se chama”.

Eunice Michiles tomou posse fora de época. Nas eleições de 1978 para o Senado, as urnas haviam dado o assento do Amazonas a João Bosco (Arena). Ele assumiu a vaga em fevereiro de 1979, com os outros novos senadores, mas mal chegou a atuar. Três meses depois, sofreu um acidente vascular cerebral (AVC) e morreu. Como Eunice havia ficado em segundo lugar, o mandato foi para ela.

No discurso inaugural, a nova senadora se apresentou como uma “mulher simples, misto de dona de casa e política”. Ela confessou que se sentia “inibida” no novo ambiente:

— Não me proponho a trazer, a não ser eventualmente, assuntos políticos para o debate, pois nada teria a acrescentar ao que renomados políticos têm proposto ao exame deste Senado. Vou procurar trazer a óptica feminina à análise dos problemas brasileiros. A mãe e dona de casa, que tem uma experiência milenar e procura um espaço maior de participação, deseja ser ouvida.

Em seguida, subiu o tom ao dizer qual seria o norte de sua atuação parlamentar:

— Como primeira senadora, sinto os olhares de milhões de mulheres na expectativa de que lhes saiba interpretar as reivindicações. O Código Civil nos coloca ao nível do índio, da criança e do débil mental. Somos fruto de uma cultura patriarcal e machista, onde a mulher vive à sombra do homem e rende obediência ao pai, ao marido ou, na falta deste, ao filho mais velho. Em 1979, temos muito a melhorar.

Eunice, de fato, seguiu essa linha no Senado. A maior parte dos projetos de lei que ela apresentou previa novos direitos às mulheres. Uma de suas primeiras propostas buscava eliminar do Código Civil de 1916 o arcaico artigo que permitia ao homem anular o casamento e devolver a mulher aos pais caso descobrisse que ela não era virgem. O prazo para a devolução era de dez dias, contados a partir da cerimônia de casamento. A senadora, que tinha 49 anos, argumentou:

— Vejam como era difícil a situação das moças do meu tempo. Éramos incentivadas a ser bonitas e provocantes, mas ai de nós se cedêssemos aos impulsos e fôssemos “desonradas”. A virgindade era a marca maior de nossa conotação de objeto. Exige-se que um objeto, ao ser adquirido, seja zero quilômetro. Já com o homem era diferente. Quanto mais rodado, melhor. O tempo se encarregou de mudar conceitos e atitudes. A geração jovem não atribui à virgindade feminina o mesmo valor da geração passada. Assim, o dispositivo de nosso Código Civil é uma distorção entre o social



Diploma expedido pela Justiça Eleitoral atesta que, por ter ficado em 2º lugar na eleição, Eunice Michiles é suplente de João Bosco

e o jurídico e por isso precisa ser reformulado.

Outro dos projetos redigidos por Eunice objetivava permitir que a mulher com filhos pequenos fizesse uma jornada de trabalho mais curta, com redução proporcional no salário. A proposta ganhou o apoio da colega Iris Célia (AC), a quinta mulher a chegar ao Senado, em 1983, que discursou:

— Já está longe o tempo em que a mulher se dedicava exclusivamente aos problemas do lar. Nem sempre é possível conciliar as exigências do trabalho com as exigências da família, principalmente quando há filhos de tenra idade, dependentes dos cuidados maternos.

Eunice também apresentou um projeto de lei que buscava acabar com a possibilidade de o homem casado em comunhão de bens contratar empréstimos e dar o patrimônio da família como garantia sem o consentimento da mulher.

— Não podemos mais aceitar no direito de família que apenas o marido seja o cabeça do casal. A mulher não pode ser obrigada a assumir uma dívida que ela não contraiu e cujos reflexos vão encontrar a família como a mais prejudicada — disse a senadora do Amazonas.

A ideia de aproximar a mulher do homem no quesito direitos foi mal recebida pelos políticos. Nos oito anos de mandato, Eunice não conseguiu aprovar nenhum de seus projetos de lei. Enquanto alguns foram rejeitados logo de cara, outros foram ignorados e nem sequer entraram na pauta de

Já é tempo, portanto, de começarmos a encarar o sexo com naturalidade, na sua destinação mais pura, que nada tem de misterioso, de confessável ou de inconfessável.

Além do mais, na conquista da igualdade de direitos para a mulher, já não se admite seja o homem detentor da prerrogativa exclusiva de inquiridor dos atos praticados pela mulher antes do casamento, quando os seus próprios permanecem a salvo de qualquer averiguação.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1980.


SENADORA EUNICE MICHILES

votação. As raras propostas que tiveram a aprovação dos senadores seriam depois derrubadas pelos deputados.

A pauta feminina naufragou não porque Eunice Michiles fosse inepta para a política. Ela, ao contrário, tinha excelente trânsito no Palácio do Planalto. Em 1982, fez parte do grupo que convenceu o general Figueiredo a nomear a primeira ministra do Brasil — a advogada Esther de Figueiredo Ferraz, que chefiou o Ministério da Educação e Cultura. Em 1983, quando o presidente se submeteu a uma cirurgia cardíaca nos Estados Unidos, a senadora foi uma das poucas autoridades que tiveram permissão para visitá-lo no hospital americano.

Talvez o fracasso das ideias de Eunice se explique pela mentalidade assumidamente machista da virada da década de 1970 para a de 1980. No exercício do mandato, a primeira senadora do Brasil foi alvo de hostilidades e até de assédio moral. Numa palestra que proferiu numa entidade de empresários, ela foi interrompida pelo presidente da instituição, que, sem meias palavras, acusou-a de tratar apenas de “assuntos secundários”, como planejamento familiar, e afirmou que a mulher só estaria “em condições de igualdade com o homem” quando discutisse “temas como energia nuclear”.

Em outra ocasião, um senador governista repreendeu Eunice em tom ríspido diante de todo mundo. Ele estava irritado porque ela e outros dois parlamentares não haviam chegado a tempo para uma votação e, sem o voto deles, o governo não conseguiu aprovar um projeto de lei importante. Embora os atrasados tivessem sido três, o senador só descontou a raiva na colega mulher.

Eunice se atrasou para a votação porque estava no cabeleireiro. Jornais, revistas e TVs viviam fazendo reportagens sobre a aparência da primeira senadora. Por essa razão, ela se sentia pressionada a aparecer sempre impecável e ia ao salão de beleza dia sim, dia não. Era um tipo de pressão que os senadores homens jamais sofreram.

A primeira grande entrevista que Eunice concedeu após saber que iria para o Senado foi ao *Jornal do Brasil*. O texto informou que ela era “bonita”, tinha “os olhos azuis contrastando com a tonalidade bronzeada da pele” e estava “discretamente vestida com um conjunto de malha em tons de bege e marrom”. A entrevista não saiu nas páginas de política, mas no caderno de variedades.

Na reportagem sobre um chá de boas-vindas oferecido à novata pe-



A senadora Eunice Michiles e o presidente João Baptista de Figueiredo

las mulheres dos senadores, o *Jornal do Brasil* publicou que “as senhoras presentes não escondiam a surpresa e uma pontinha de inveja” ao saber que Eunice Michiles, “muito conservada”, beirava os 50 anos. O texto continuou: “O segredo da ‘conservação’ apareceu na hora do chá, quando ela pingou algumas gotas de adoçante em sua xícara”.

Os estereótipos femininos eram repisados o tempo todo pela imprensa. A revista *Manchete* publicou fotografias em que a nova senadora aparecia comprando feijão no supermercado, picando cebola na cozinha, aguando flores no jardim e até fazendo ginástica na sala de casa, trajando collant e polaina. Apenas repórteres mulheres eram recrutadas para escrever sobre a senadora.

Há quem considere que foi a princesa Isabel, e não Eunice, a primeira senadora do Brasil. De fato, a Constituição do Império previa que os príncipes eram “senadores por direito”. Isabel, no entanto, nunca chegou a tomar posse no Senado nem a participar de debates ou votações — senadora, no caso dela, foi apenas um título.

Eunice Michiles nasceu em São Paulo, numa família adventista, mas construiu a carreira no Amazonas. Quem lhe apresentou a política foi o marido, prefeito de Maués (AM). O casal já estava separado quando Euni-

ce, em 1974, elegeu-se deputada estadual. Seu plano era tentar a reeleição para a Assembleia Legislativa do Amazonas em 1978, mas foi convencida pela Arena a disputar o Senado.

Pelas regras da época, tanto a Arena quanto o MDB lançavam três candidatos ao Senado. A apuração se dividia em duas etapas. Primeiro, verificava-se qual partido havia somado mais votos. Depois, qual candidato do partido vencedor havia sido o mais votado. A Arena não desejava que Eunice vencesse. Queria apenas fazer frente à ousada e moderna estratégia do MDB de incluir uma mulher no trio que disputava o Senado. O candidato preferido da Arena era João Bosco, vice-governador do Amazonas. Os 33 mil votos de Eunice foram decisivos para a vitória dele.

Como não nutria a ilusão de que pudesse passar à frente do vice-governador, Eunice fez uma jogada política certa. Só topou abrir mão da reeleição à Assembleia Legislativa e embarcar numa candidatura ao Senado fadada ao fracasso depois de obter da Arena a promessa de que, em troca, seria nomeada secretária estadual de Serviços Sociais. Foi o que ocorreu. A morte inesperada de Bosco, contudo, logo a retirou do Amazonas.

A senadora também levou ao Congresso Nacional o debate sobre a preservação do meio ambiente. Preocupada com a destruição da Amazônia, ela redigiu um projeto que previa a instituição do Dia Nacional de De-



ARQUIVO PESSOAL

Eunice Michiles no chá de boas-vindas oferecido pelas mulheres dos senadores em 1979



Os candidatos João Bosco (*centro*) e Eunice Michiles em publicidade eleitoral de 1978

fesa da Fauna e outro que determinava a inclusão da “educação ecológica” nas escolas. Nenhum dos dois vingou. Essa ainda não era uma preocupação nacional. Dizia-se que o ambientalismo não passava de uma frivolidade de países ricos e que o Brasil tinha mais era que se preocupar com a fome e a miséria.

Em 1986, Eunice Michiles decidiu não disputar a reeleição no Senado e candidatou-se a deputada federal. Eleita pelo PFL, integrou a Assembleia Nacional Constituinte e, agora respaldada por uma bancada feminina — a chamada bancada do batom —, finalmente conseguiu aprovar uma série de direitos para as mulheres. Em 1999, ela se retirou da vida pública.

A segunda senadora do Brasil foi Laélia de Alcântara (PMDB-AC), que tomou posse em 1981.





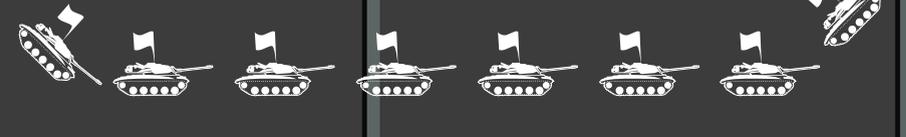
Norma de 1979 garantiu perdão tanto aos perseguidos políticos quanto aos militares e permitiu volta de exilados, como Arraes, Freire, Prestes, Betinho e Brizola

DESEMBARQUE





**Lei da Anistia
preparou caminho
para o fim da
ditadura militar**





ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Manifestantes pressionam Congresso Nacional a aprovar anistia “ampla, geral e irrestrita”

Quando assinou a histórica Lei da Anistia, em agosto de 1979, o presidente João Baptista de Figueiredo concedeu o perdão aos perseguidos políticos (que a ditadura militar chamava de subversivos) e, dessa forma, pavimentou o caminho para a redemocratização do Brasil.

Foram anistiados tanto os que haviam pegado em armas contra o regime quanto os que simplesmente haviam feito críticas públicas aos militares. Graças à lei, exilados e banidos voltaram para o Brasil, clandestinos deixaram de se esconder da polícia, réus tiveram os processos nos tribunais militares anulados, presos foram libertados de presídios e delegacias.

O projeto que deu origem à Lei da Anistia foi redigido pelo ministro da Justiça, Petrônio Portella. O Congresso Nacional o discutiu e aprovou em apenas três semanas.

Documentos de 1979 sob a guarda do Arquivo do Senado, em Brasília, mostram que os senadores e deputados da Arena (partido governista) ficaram satisfeitos com a anistia aprovada. O Congresso fez modificações na proposta original, mas nada que chegasse a descaracterizá-la.

— Repetidas vezes afirmou o presidente Figueiredo: “Lugar de brasileiro é no Brasil”. Com a anistia, aquela sentença deixou de ser uma frase para se transformar numa realidade palpitante — comemorou o senador Henrique de la Rocque (Arena-MA). — Maridos, pais, filhos, irmãos, noi-

vos e entes queridos que se encontravam apartados do convívio familiar passaram a ter a oportunidade de retornar aos seus lares e reinaugurar as suas vidas, sem lugar para ódio e desejo de vindita [vingança]. A anistia é o bálsamo que cicatriza feridas.

— Com as mãos estendidas no sentido da pacificação, o senhor presidente da República demonstrou a sua formação cívica e espiritual e praticou um gesto de grandeza e coragem. Ninguém em sã consciência poderá negar que a autoridade principal do país agiu com obstinação para atender aos anseios da população brasileira — discursou o senador Milton Brandão (Arena-PI).

Os mesmos papéis históricos do Arquivo do Senado indicam, contudo, que a Lei da Anistia não foi tão benevolente quanto os congressistas da Arena quiseram fazer crer. Na avaliação de perseguidos políticos, parlamentares do MDB (único partido de oposição) e organizações civis e religiosas, o projeto aprovado tinha dois problemas graves.

O primeiro era que se tratava de uma anistia restritiva. A lei negava o perdão aos “terroristas” que tivessem sido condenados de forma definitiva. Eles não poderiam sair da cadeia. Eram qualificados como terroristas os que, em ataque ao regime, haviam sido condenados por crimes como homicídio e sequestro. Contraditoriamente, aqueles que respondessem a processos iguais, mas ainda com possibilidade de apelar a tribunais superiores, ganhariam a anistia.

Durante as discussões do projeto no Congresso, os parlamentares do MDB apresentaram inúmeras emendas para derrubar essa exclusão e

O presidente João Baptista de Figueiredo assina, em 28 de agosto de 1979, a Lei da Anistia



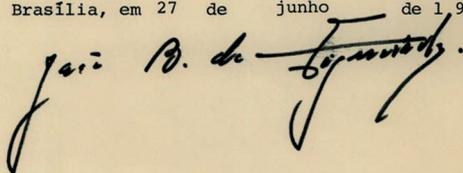
ORLANDO BRITO

A anistia é um ato unilateral de Poder, mas pressupõe, para cumprir sua destinação política, haja, na divergência que não se desfaz, antes se reafirma pela liberdade, o desarmamento dos espíritos pela convicção da indispensabilidade da coexistência democrática.

A anistia reabre o campo de ação política, em seja o reencontro, reúne e congrega para a construção do futuro e vem na hora certa.

Este, Senhores Congressistas, o projeto de anistia que, com fundamento no artigo 57, item VI, combinado com o § 2º do artigo 51 da Constituição Federal, envio à consideração de Vossas Excelências, na convicção de que pratico um ato significativo e profundo, o ato histórico de anistia, com a mesma serena confiança com que, na informalidade da vida cotidiana, estendo a mão a todos os brasileiros.

Brasília, em 27 de junho de 1979.



Em mensagem ao Congresso Nacional, o general Figueiredo defende o projeto de anistia

garantir uma anistia “ampla, geral e irrestrita”, conforme o slogan que se popularizou na época.

— Trata-se de uma discriminação odiosa e injustificada, uma aberração jurídica — criticou o deputado Alceu Collares (MDB-RS). — Quem enfrentou a justiça excepcional, foi condenado a prisão de 20, 30, 40 ou mais anos e encontra-se cumprindo a sua pena não é anistiado, enquanto quem conseguiu escapar do processo, tendo praticado o mesmo delito, será contemplado com os benefícios da anistia. É uma injustiça para os condenados.

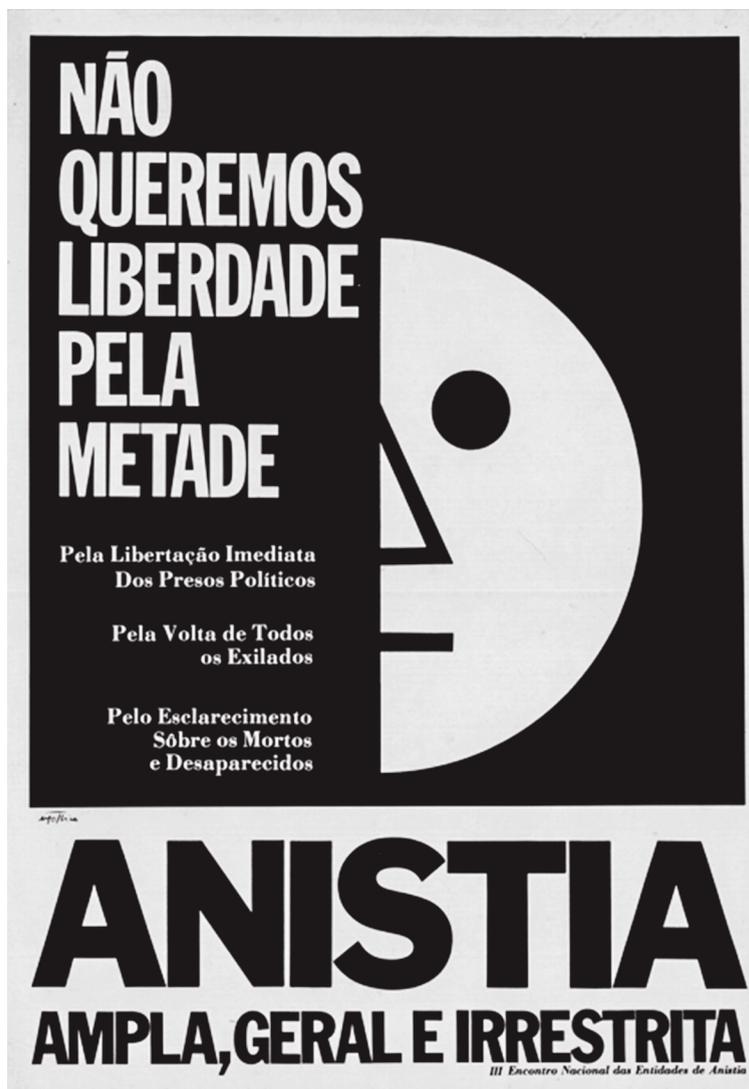
— Anistia é esquecimento, olvido perpétuo. É medida de oportunidade política para começar, com os espíritos desarmados, uma nova marcha para o futuro. Para isso, é preciso a reintegração de todos na vida pública, sem exceção — acrescentou o deputado Marcos Freire (MDB-PE).

— Não há razão para excluir os condenados por terrorismo. Tira-dentes era terrorista e subversivo. Hoje é herói — comparou o deputado José Frejat (MDB-RJ).

Um grupo de deputados do MDB, tentando retirar a exclusão, apelou aos sentimentos familiares do general Figueiredo. Na justificativa de

uma emenda coletiva, lembraram que o pai dele, após lutar na Revolução Constitucionalista de 1932, foi anistiado pelo presidente Getúlio Vargas em 1934.

Figueiredo apresentou sua razão para não perdoar os terroristas condenados. Segundo o presidente, o crime deles não era “estritamente político”, mas sim “contra a humanidade, repellido pela comunidade universal”. Quanto aos terroristas ainda apenas processados, que teriam direito ao perdão, ele escreveu numa mensagem remetida ao Congresso:



REPRODUÇÃO

**NÃO
QUEREMOS
LIBERDADE
PELA
METADE**

Pela Libertação Imediata
Dos Presos Políticos

Pela Volta de Todos
os Exilados

Pelo Esclarecimento
Sobre os Mortos
e Desaparecidos

ANISTIA
AMPLA, GERAL E IRRESTRITA

III Encontro Nacional das Entidades de Anistia

Cartaz pede que governo conceda anistia política sem restrições

“O projeto paralisa os processos em curso até dos que, a rigor, não estão a merecer o benefício. Ao fazê-lo, o governo tem em vista evitar que se prolonguem processos que, com certeza e por muito tempo, vão traumatizar a sociedade com o conhecimento de eventos que devem ser sepultados em nome da paz”.

O segundo problema grave que havia na Lei da Anistia — e que os parlamentares do MDB também tentaram derrubar — era o perdão aos militares que haviam cometido abusos em nome do Estado desde o golpe de 1964, incluindo a tortura e a execução de adversários da ditadura. A lei lhes deu a segurança de que jamais seriam punidos e, mais do que isso, nunca sequer se sentariam no banco dos réus.

Nesse ponto, a lei era propositalmente obscura. Sem citar os militares, dizia que seriam anistiados todos que tivessem cometido “crimes conexos”, isto é, “crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política”. Os agentes da repressão, assim, estariam amparados sob o amplo guarda-chuva dos crimes conexos.

— Pretende-se que as mortes, os choques elétricos, as lesões corporais, as mais variadas torturas sejam esquecidas. Elas foram compreendidas à sorrelfa [sorratamente] pelo projeto de anistia, graças ao recurso de termos ambíguos através dos quais se iludiria a nação — denunciou o



ENICO BEANINS/ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ato na Praça da Sé, em São Paulo, pela anistia

**“MOVIMENTO DOS ARTISTAS
PELA ANISTIA
AMPLA, GERAL E IRRESTRITA**

Povo Brasileiro
Homens do Governo
Presidente desta Nação

Finalmente sentimos que é possível pelo menos falar. Nós, artistas brasileiros, por tanto tempo amordaçados em nossa sensibilidade criativa pela censura e violentados pela autocensura, sabemos ser grande nossa responsabilidade perante o povo brasileiro.

Foram longos demais esses anos de “caça às bruxas” e perseguições. Justamente quando entre os anseios do não sofrido povo brasileiro cresce a necessidade urgente de paz, de reconstrução de uma Nação conciliada, justamente quando o Presidente “jura” fazer de nosso País uma Democracia, é concebida uma Anistia repleta de parágrafos, de itens que restringem e, portanto, reprimem novamente. Não podemos admitir, sobretudo, que quando se pretende uma conciliação Nacional sejam anistiados uns e marginalizados outros. E mais: perguntamos a todos e a nós mesmos, o número de mortos e de desaparecidos não se sabe ainda. No entanto este não é o momento em que se devam reascender divergências. E nem mesmo perguntar — por mais evidente que seja a resposta — quem atirou a primeira pedra.

É o momento vital de falar, de gritar, em nome dos mais elementares princípios de respeito humano, aos sentimentos cristãos:
Chega de rancores!
Chega de ódios!
Paz!
ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA.”

Manifesto assinado
por artistas como
Eva Wilma, Glória
Menezes, Fernanda
Montenegro e
Antônio Fagundes

deputado Pacheco Chaves (MDB-SP).

— Que moral tem o governo que exclui uns sob a alegação de terrorismo, mas que nem sequer submete os torturadores a processo? Estes, sim, jamais serão merecedores da piedade humana, porque, como se sabe, não atuam por valores relevantes, mas sim por servilismo ou para satisfazer instintos — atacou o senador Leite Chaves (MDB-PR).

No esforço de convencer os colegas parlamentares de que anistiar torturadores seria um absurdo, o senador Lázaro Barbosa (MDB-GO) narrou um episódio que ele testemunhara anos antes:

— Eu próprio, estudante na Universidade Católica de Goiás, em certa noite, vi duas moças e um rapaz descendo a Avenida Universitária, os três de braços dados. Ele, quartanista de medicina. As duas, irmãs e acadêmicas do curso de direito. Dois carros os cercaram, e homens armados os empurraram para dentro de um dos veículos, que disparou em altíssi-

ma velocidade. Decorridos dois ou três meses, apareceu o acadêmico de medicina. Estivera preso nos órgãos de repressão, mas contra ele nada foi apurado. Um ano e meio depois, as irmãs foram localizadas presas em Minas Gerais e em estado lastimável. As duas foram violentadas, torturadas. Uma delas sofreu torturas de tal monta, inclusive choques elétricos nos órgãos genitais internos, que se tornou o espectro de si mesma. Em julgamento, foram as duas absolvidas.

Barbosa concluiu:

— A meu juízo, esses torturadores não podem receber a anistia, pois dela não são dignos. É imprescindível que tais carrascos tomem assento no banco dos réus e respondam pelas monstruosidades cometidas. Não foram crimes políticos. Foram, isto sim, crimes contra a humanidade.

A anistia não foi uma decisão espontânea da ditadura. Organizações da sociedade civil vinham fazendo pressão. Em 1975, mães, mulheres e filhas de presos e desaparecidos criaram o Movimento Feminino pela Anistia. Em 1978, surgiu uma organização maior, o Comitê Brasileiro pela Anistia, com representações em diversos estados e até em Paris, onde viviam muitos dos exilados brasileiros.

No velório de João Goulart, em 1976, o caixão do presidente derrubado pelo golpe militar de 1964 permaneceu envolto numa bandeira com a palavra “anistia”. Em jogos de futebol, torcedores erguiam faixas com a frase “anistia geral, ampla e irrestrita” para serem captadas pelas câmeras de TV e pelos fotógrafos dos jornais.

O movimento logo ganhou o apoio de entidades influentes, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A anistia começou a ser gestada pelo antecessor de Figueiredo. Diante da pressão social e dos sinais de que a ditadura, desgastada, não se sustentaria por muito tempo, o general Ernesto Geisel anunciou em 1974 que daria início a uma “lenta, gradativa e segura distensão”, com medidas que permitiriam a redemocratização no futuro. A anistia estava entre essas medidas.

Figueiredo seguiu o plano. O último presidente da ditadura tomou posse em março de 1979 e apresentou o projeto da Lei da Anistia logo em junho. Como o Congresso recebeu o texto às vésperas do recesso parlamentar do meio do ano e o presidente da República não autorizou sessões

extraordinárias em julho, as discussões legislativas só puderam começar no início de agosto. A aprovação viria a toque de caixa.

Assim que o projeto de lei se tornou público, sem prever a anistia ampla, geral e irrestrita, presos políticos deram início a uma greve de fome em diversos presídios do Brasil, pressionando pela retirada do artigo que os excluía do perdão. Eles ganharam o apoio dos parlamentares do MDB. Um grupo liderado pelo senador Teotônio Vilela (MDB-AL) percorreu várias penitenciárias e se encontrou com os condenados, dando voz ao protesto silencioso que eles faziam.

— A paisagem humana que vi é indescritível — discursou Teotônio após visitar 14 presos políticos do Presídio Frei Caneca, no Rio de Janeiro. — Devo dizer que, com a minha sensibilidade de criatura humana, [fiquei estarrecido] ao tomar conhecimento da debilidade total daqueles presos, em pleno estado de ruína, sacrificados em nome de um ideal, porque ninguém se submete a esse tipo de sacrifício se dentro de si próprio não possui uma estruturação espiritual superior. São jovens envelhecidos nas grades, alguns com 11 anos de cadeia, e um deles preso aos 16 anos de idade, por conduzir debaixo do braço livros de ideologias políticas. Não

c) ESPANCAMENTO

Também chamado de "amaciamento", pontilha os intervalos das sessões de choque elétrico, "pau de arara", etc. Murros e pontapes aplicados principalmente nos rins, estômago e diafragma (para dificultar a respiração). Combina-se normalmente com uso de cassetetes, palmatórias, "telefones", etc. Procura-se, mais recentemente, evitar o rosto para não deixar marcas visíveis.

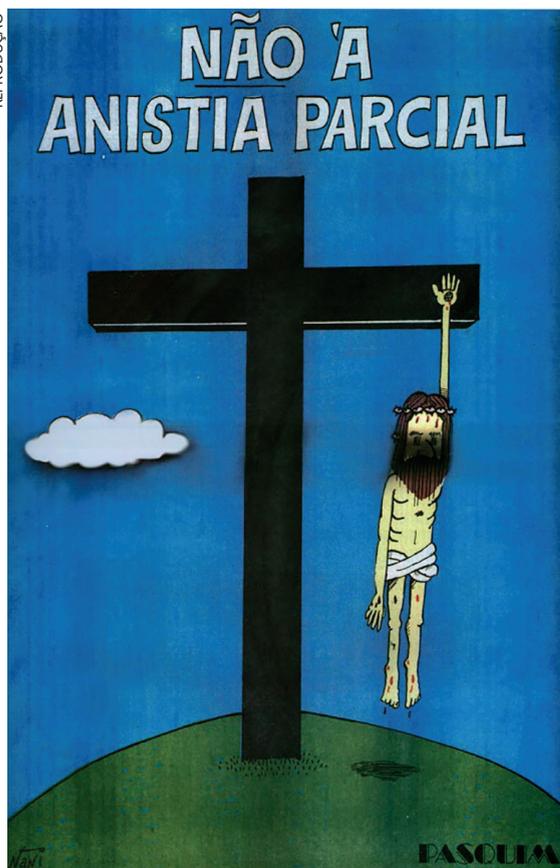
d) CORREDOR POLONÊS

Filas paralelas de torturadores no meio das quais o preso é obrigado a passar, sendo violentamente espancado. Às vezes em círculo onde o prisioneiro é espancado de mão em mão, durante longos períodos. As entradas de um novo preso em qualquer centro de tortura tem quase sempre esse ritual de iniciação.

e) TELEFONE

"Consiste na aplicação de pancadas com as mãos em concha nos dois ouvidos ao mesmo tempo. Esse método de tortura é responsável pelo rompimento dos tímpanos de vários presos políticos, provocando em alguns casos surdez permanentes, e em outros, labirintite" (Doc. pp. de S.P.).

Durante debates sobre anistia, presos políticos enviaram ao Congresso descrição de torturas que sofriram



Charge do Pasquim
crítica anistia restrita

é possível que aqueles rapazes morram num deserto, castigados pela inclemência e insensibilidade do poder.

O projeto teve como relator o deputado Ernani Satyro (Arena-PB). No governo do marechal Costa e Silva, ele havia sido ministro do Superior Tribunal Militar (STM), corte que dava a palavra final sobre o destino dos acusados de crimes políticos. Satyro jogou um balde de água fria nas pretensões do MDB. Ele rejeitou todas as emendas que buscavam incluir na anistia os condenados por terrorismo.

— Os princípios gerais do projeto do governo estão de pé. A anistia será ampla e geral, mas não irrestrita — ele afirmou.

O relator também enterrou as tentativas oposicionistas de retirar do alcance do perdão os militares que cometeram abusos contra os perseguidos políticos. Para ele, isso seria contraditório:

— Querem o perdão, mas não perdoam. Gritam pela anistia para os seus, mas apregoam, ao mesmo tempo e incoerentemente, a ideia de uma investigação sobre torturas e violências. Advogam a impunidade dos crimes de seus partidários para que, mais fortes, possam punir a revolução [de 1964].

Dando outra estocada na oposição, Satyro concluiu:

— O doloroso, para muitos, é saber que a anistia virá, mas virá pelas mãos do governo, por iniciativa do presidente João Baptista de Figueiredo. Será atendida, assim, a autêntica voz do povo, que aspira à paz e à

conciliação. Isso, para os opositoristas, importa uma grande frustração, como frustrados se encontram pela abertura que está sendo feita pelo governo da revolução.

No fim de agosto de 1979, os senadores e deputados se reuniram na Câmara para votar o projeto. As galerias estavam repletas de familiares de perseguidos políticos, que vaiavam os políticos da Arena e aplaudiam os do MDB. A sessão foi tão tensa que quase houve agressão física entre parlamentares.

A pressão popular, porém, não surtiu efeito. No fim, em votação simbólica (sem contagem de votos), a Lei da Anistia foi aprovada do jeito que o governo queria. A Arena, afinal, tinha a maioria dos parlamentares, incluindo os chamados senadores biônicos (escolhidos de forma indireta, não pelo voto dos cidadãos, para evitar a hegemonia do MDB no Senado).

Do lado governista, o senador Jarbas Passarinho (Arena-PA) festejou:

— A anistia marca o fim de um ciclo da revolução de 64, o fim do ciclo punitivo da revolução de 64.

Do lado opositorista, para protestar, o senador Humberto Lucena (MDB-PB) leu trechos de um artigo do pensador Tristão de Athayde:

— Desejávamos uma nova Lei Áurea que anunciasse uma aurora. Deram-nos um ato sem generosidade, sem horizontes abertos. Eu preferiria a temeridade da princesa Isabel. É bem certo que há muita diferença entre 15 anos de arbítrio e 300 de cativo. Ora, não existe apenas diferença, e sim um abismo, entre a grandeza da lei de 13 de maio, que fulgirá sempre como um marco luminoso em nossa história pátria, e a estátua pigmeia da Lei da Anistia.

Na votação simbólica final, grande parte do MDB acabou também apoiando o projeto da ditadura. Vanessa Dorneles Schinke, professora de direito da Universidade Federal do Pampa e autora do livro *Anistia e Esquecimento* (Editora Lumen Juris), explica a aparente contradição:

— A oposição concluiu que seria melhor ficar com a anistia do governo do que não ter anistia nenhuma. Aquela não era a anistia ideal, mas a possível. Considerando o contexto político de então, a lei de 1979 não deixou de ser uma vitória para a oposição.

Nos meses seguintes, a própria ditadura libertaria os presos que não haviam sido beneficiados pela Lei da Anistia. Enquanto uns ganharam o

indulto do presidente Figueiredo, outros tiveram seus processos revisados pelos tribunais militares.

Mas, se logo em seguida os beneficiaria, por que o governo brigou tanto no Congresso para manter o artigo que excluía os terroristas condenados em definitivo? Para o historiador Carlos Fico, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e autor do livro *Além do Golpe* (Editora Record), a exclusão deles foi apenas uma cortina de fumaça:

— Não há evidências empíricas definitivas, mas eu, após anos de pesquisas e entrevistas, cheguei à conclusão de que a ditadura pôs essa interdição para encobrir aquilo que realmente desejava, que era a autoanistia. Enquanto todo mundo ficou tentando de todas as formas incluir na anistia os condenados pelos “crimes de sangue”, o perdão aos torturadores ficou em segundo plano e foi aprovado com facilidade.

Dias depois da votação no Congresso, Figueiredo sancionou a lei. Nas semanas que se seguiram, inúmeras figuras até então perseguidas desembarcaram no Brasil, entre as quais Leonel Brizola, Miguel Arraes, Luís Carlos Prestes, Francisco Julião, Betinho, Fernando Gabeira, Vladimir Palmeira, Carlos Minc e Paulo Freire.

A volta dos exilados também foi considerada parte de uma estratégia política da ditadura. O governo sabia que muitos desses líderes criariam

ORLANDO BRITO/ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Manifestantes assistem no Congresso à votação do projeto da Lei da Anistia



Após anos de exílio na União Soviética, Luís Carlos Prestes é recebido com festa na volta ao Brasil, em 1979

seus próprios partidos, o que acabaria por pulverizar e enfraquecer a oposição. Nessa mesma linha, logo depois, ainda em 1979, a ditadura extinguiu a Arena e o MDB e restabeleceu a liberdade partidária. Brizola, por exemplo, fundou o PDT.

A divisão dos adversários permitiu que os militares mantivessem total controle sobre a abertura política. Figueiredo devolveria o poder aos civis em 1985.



Índice onomástico

A

Albuquerque, Visconde de 25
Alcântara, Laélia de 104
Alves, Rodrigues 56
Archer, Remy 74, 78, 81
Arinos, Afonso 74, 79, 81
Arraes, Miguel 118
Athayde, Tristão de 117
Azeredo, Antônio 57

B

Barbacena, Marquês de 13
Barbosa, Lázaro 113
Barbosa, Ruy 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 50, 57, 58, 60, 62, 114
Bernardes, Arthur 33, 67, 68, 69
Betinho 118
Bittencourt, Lameira 77
Bocayuva, Quintino 51
Bosco, João 98, 99, 103, 104
Brandão, Milton 109
Brandão, Soares 28
Braz, Wenceslau 34
Brizola, Leonel 79, 118, 119
Brossard, Paulo 97

C

Calmon, João 93
Cardoso, Dirceu 96, 98
Carneiro, Heliodoro 11
Carvalho, João Rodrigues de 8, 9
Carvalho, Último de 91
Castello Branco, José Ribamar 74
Castello Branco, marechal 33, 35
Castro, Caiado de 82
Célia, Iris 100
Chaves, Eloy 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72
Chaves, Leite 113
Chaves, Pacheco 113
Collares, Alceu 110
Costa e Silva, Arthur da 86, 92, 116
Cunha, Flores da 60
Cunha, Luiz Antônio 92
Czepula, Kamila 24

D

Dantas 21
Dezem, Rogério 23
Dutra, Tarso 88, 90

F

Fagundes, Antônio 113
Fico, Carlos 118
Figueiredo, Argemiro de 87
Figueiredo Ferraz, Esther de 101
Figueiredo, João Baptista de 96, 101, 108, 109, 110, 111, 114, 116, 118, 119
Filho, Café 80
Fonseca, Deodoro da 30, 32, 33, 34, 35, 82
Fonseca, Hermes da 38, 40, 43, 50, 51, 52, 60
Fonseca, Maria Rachel Fróes da 12
Freire, Marcos 110
Freire, Paulo 118
Freire, Victorino 74
Frejat, José 110

G

Gabeira, Fernando 118
Geisel, Ernesto 31, 96, 114
Gobineau, Arthur de 22, 23
Gomide, Antônio Gonçalves 9
Goulart, João 30, 31, 35, 76, 80, 83, 114
Guimarães, Ulysses 41

H

Hung Chang, Li 27, 28

I

Isabel, princesa 102, 117

J

Jango, *consulte Goulart, João*
Jenner, Edward 8, 9, 10, 11, 13
Jequitinhonha, Visconde de 10
JK, *consulte Kubitschek, Juscelino*
João VI, D. 8
Joaquina, Carlota 12
Jobim, Cruz 10, 15, 16
Julião, Francisco 118
Júnior, Lomanto 97

Junqueira 22, 23

K

Krieger, Daniel 82
Kubitschek, Juscelino 30, 32, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83

L

La Rocque, Henrique de 108
Le Bon, Gustave 22
Lins, José 97
Lott, Henrique 80, 82, 83
Lucena, Humberto 117
Luís, Washington 32
Lula da Silva, Luiz Inácio 33
Luz, Carlos 80
Lynch, Christian 43

M

Machado, Irineu 67, 68
Mangabeira, Otávio 74, 81
Martins, Mário 87, 88
Mello, Arnon de 88
Mendes de Almeida, Cândido 26
Menezes, Glória 113
Michiles, Eunice 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104
Minc, Carlos 118
Montenegro, Fernanda 113
Moreira, Delfim 56

N

Nabuco, Joaquim 23, 24

O

Olinda, Marquês de 16

P

Palmeira, Vladimir 118
Passarinho, Jarbas 117
Pedro I, D. 8, 34, 96
Pedro II, D. 15
Peixoto, Floriano 32, 39, 40
Pessoa, Epitácio 41, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62
Pinheiro, Cattete 87, 89
Pinto, Almir 97
Portella, Petrônio 108
Portugal, Fillipe dos Santos 13, 16

Prestes, Luís Carlos 118, 119

Q

Quadros, Jânio 48, 76, 78, 79, 80, 83

R

Renan, Ernest 22

Rezende, Eurico 89

Rio Branco, Barão do 5, 47, 48, 49,
50, 51

Rio Branco, Visconde do 23, 51

Rousseff, Dilma 33

S

Sá, Francisco 57

Sá, Franco de 15

Santos, Soares dos 58

Sarney, José 31

Satyro, Ernani 116

Saviani, Dermeval 92

Schinke, Vanessa Dorneles 117

Sinimbu, Cansação de 20, 21, 26

Souza Lemos, Arthur de 49

T

Taunay, Escagnolle 22

Teixeira, Lima 82

Temer, Michel 32, 33

Tiradentes 82, 110

Torres, Vasconcelos 87, 89, 90

V

Vargas, Getúlio 32, 33, 34, 35, 80,
82, 111

Veloso, Haroldo 82

Vilela, Teotônio 115

Villafañe G. Santos, Luís Cláudio 50

Villas Boas, João 77

Virgílio, Arthur 87

Viscardi, Cláudia 59, 61

W

William, Wagner 82, 83

Wilma, Eva 113





Sabia que a morte do
Barão do Rio Branco
fez o Brasil ter dois
Carnavais em 1912?

E que, em 1919, os brasileiros
elegeram como presidente um
candidato que havia passado todo o
período eleitoral fora do país, sem
ter vindo ao Brasil nem sequer
para fazer campanha ou votar?

E a história das fake
news que já sabotavam as
campanhas de vacinação desde
a época do Império?

**LEIA ESTAS E OUTRAS
HISTÓRIAS NESTE VOLUME**



**Arquivo S: um olhar jornalístico que revela a riqueza
dos documentos históricos do Arquivo do Senado.**

SENADO FEDERAL



ISBN: 978-65-5676-083-4



9 786556 760834